



RELATÓRIO DE GESTÃO



ANO ECONÓMICO DE 2017

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO I – ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	5
1. Execução orçamental geral.....	5
2. Execução da Receita.....	7
2.1 Estrutura da Receita.....	8
2.2 Receitas Correntes.....	8
2.3 Receitas de Capital.....	10
3. Execução da Despesa.....	11
3.1 Estrutura da Despesa.....	11
3.2 Despesas Correntes.....	12
3.3 Atividades relevantes.....	13
3.4 Outras atividades.....	17
3.5 Despesas de Capital.....	20
3.5.1 - <u>Estrutura dos bens de capital</u>	21
4. Equilíbrio Orçamental - Relação entre as Receitas e as Despesas.....	25
5. Evolução do endividamento, do serviço da dívida e da dívida a fornecedores.....	26
5.1 Dívida de Empréstimos.....	27
5.2 Dívida de Locação Financeira.....	27
5.3 Serviço da Dívida Geral.....	27
5.4 Dívida a fornecedores de curto prazo.....	29
CAPÍTULO II – ANÁLISE PATRIMONIAL.....	30
1. Análise do Balanço.....	30
1.1 Estrutura e evolução do Ativo Líquido.....	30
1.2 Estrutura e evolução dos Fundos Próprios e do Passivo.....	31
2. Análise da Demonstração de Resultados.....	33
3. Movimentos do Ativo Bruto, Amortizações e Provisões.....	34
3.1 Ativo Bruto.....	34
3.2 Amortizações.....	35
3.3 Provisões.....	35
4. Apresentação de alguns indicadores de gestão.....	36
5. Factos de interesse relevante após o encerramento do exercício de 2017.....	37
6. Proposta de aplicação de resultados de 2017.....	37

INTRODUÇÃO

O POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, previsto no Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, define, para efeitos de prestação de contas, quais os documentos de natureza orçamental e financeira a apresentar aos órgãos autárquicos e igualmente a julgamento do Tribunal de Contas, e que essencialmente são o balanço, a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental.

Também o Regime Jurídico das Autarquias Locais, previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, que é competência da Câmara Municipal elaborar, apreciar e aprovar os documentos de prestação de contas, a qual, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25 da mesma Lei, deverá remetê-los posteriormente à Assembleia Municipal para apreciação e votação.

Assim, em cumprimento do previsto na citada legislação, foi elaborado o presente Relatório de Gestão referente ao ano económico de 2017, o qual, acompanhado dos restantes documentos que compõem a prestação de contas, demonstram a situação económica e financeira do exercício económico, esclarecem sobre as origens das receitas e a natureza das despesas da autarquia, refletindo a utilização dos recursos afetos ao desenvolvimento das atividades municipais e o nível de realização dos objetivos inicialmente aprovados e propostos, respondendo não só às questões dos órgãos autárquicos respetivos, mas também dos munícipes, os quais tem, com este documento, a possibilidade de conhecerem como são aplicados os recursos públicos do seu município.

Com o objetivo de abordar as situações mencionadas, este relatório de gestão surge estruturado em duas vertentes principais, apresentando-se os factos e as informações mais relevantes dos aspetos orçamentais (avaliação das componentes mais significativas da estrutura da receita e da despesa e a sua evolução comparativamente a anos anteriores, recorrendo-se ainda à apreciação de indicadores ou rácios orçamentais) e dos aspetos patrimoniais (análise da estrutura do balanço, da estrutura de custos e proveitos, do endividamento municipal, apresentando-se ainda alguns rácios de gestão que considerámos elucidativos e ajustados para uma melhor interpretação dos fatos evidenciados).

O documento é elaborado de forma simples e clara, mas com algum detalhe sobre elementos e informações que julgamos necessários para a boa compreensão da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Portel no ano de 2017 e o seu desempenho nas funções gerais, económicas e sociais que lhe estão atribuídas.

Salientamos que durante a execução deste orçamento municipal se fizeram sentir algumas medidas positivas para o setor autárquico, as quais de certa forma restauraram algum respeito pela autonomia administrativa e financeira das autarquias, de que são exemplo o aumento (embora ténue) das verbas transferidas para os municípios, a evolução favorável na área de recrutamento de pessoal e no provimento dos quadros de chefia, bem como a introdução de condições menos restritivas aos limites impostos à aquisição de serviços. De alguma forma o atual Governo demonstrou vontade, e tomou medidas concretas eliminando limitações e impedimentos administrativos que vinham até então a restringir a autonomia das autarquias.

Entretanto ainda identificamos nesta gestão orçamental algumas medidas negativas, que esperávamos viessem a terminar e de que são exemplo a não alteração para a taxa reduzida de 6% do IVA aplicável à iluminação pública e às refeições escolares, a continuidade dos pagamentos das autarquias ao SNS -

Serviço Nacional de Saúde pelo método de capitação, sem possibilidade de utilização dos custos efetivos, a não alteração do regime autárquico da ADSE - Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública, a continuidade da LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e a não eliminação das contribuições dos municípios para o FAM – Fundo de Apoio Municipal (embora pela LOE – Lei do Orçamento de Estado 2018, seja já permitido a não aplicação da LCPA para as autarquias que não excedem o limite de endividamento e também esteja prevista a redução progressiva da comparticipação dos municípios para o FAM).

Fazemos notar também que continuamos ainda com expectativas baixas quanto ao andamento do “Portugal 2020” e “Alentejo 2020”, um programa comunitário que continua com alguma indefinição e a não ser muito abrangente e adaptável ao financiamento das necessidades autárquicas, e, conseqüentemente, tem reduzido o possível impacto que o quadro comunitário poderia ter nestes territórios do interior, situação que, de alguma forma, tem influenciado o nível de desempenho da atividade municipal. Esperamos que num futuro próximo seja reformulado o programa nacional de fundos comunitários (“Portugal 2020” e “Alentejo 2020”) de forma que se ajuste à realidade e às necessidades infraestruturais do nosso território.

Apesar de tudo julgamos que a autarquia, neste ano de 2017, se adaptou da melhor forma à conjuntura, foi ultrapassando dificuldades e prosseguiu o desenvolvimento sustentável do nosso concelho, com uma gestão autárquica de proximidade com as populações, preocupados em responder às expectativas dos munícipes, amenizando dificuldades e indo ao encontro às suas ambições, tendo sempre em vista o incremento do bem estar e da qualidade de vida das nossas gentes e, simultaneamente, a estabilidade financeira do Município.

Muito trabalho foi por isso realizado continuando este executivo a apostar na educação, na ação e solidariedade social, na cultura e no desporto, no ambiente e ordenamento, na requalificação urbana, na modernização de espaços, equipamentos públicos e infraestruturas coletivas, apoiando as juntas de freguesia, as coletividades, e demais instituições públicas e privadas, valorizando e rentabilizando o potencial humano da autarquia e mantendo um relacionamento de cooperação e diálogo construtivo com o poder central e com todas as instituições e entidades, públicas e privadas, dos vários níveis de governação.

Relevamos ainda o empenho deste executivo em manter a gestão rigorosa e transparente que nos tem caracterizado nos últimos anos, sem comprometer o futuro, permitindo assim continuar as nossas competências com solidez e estabilidade financeira.

Aos funcionários e colaboradores do Município de Portel uma palavra de reconhecimento pelo trabalho realizado. Com a sua indispensável colaboração foi possível alcançar objetivos, obter resultados e prestar cada vez mais um melhor serviço público à população. Com este trabalho, colaboração, disponibilidade e união de todos, fomos capazes de atingir em grande parte os objetivos a que nos propusemos, rumando a um futuro melhor para o nosso concelho, do qual nos orgulhamos e nos dá gosto viver.

CAPÍTULO I – ANÁLISE ORÇAMENTAL

A análise orçamental neste capítulo vai recair sobre os mapas de controlo da execução orçamental da receita e da despesa, evidenciando a origem dos principais recebimentos, destacando os pagamentos mais relevantes e, conseqüentemente, as ações, subsídios, atividades e investimentos com eles relacionados. Avalia-se também o nível de equilíbrio entre receitas/despesas correntes e de capital, o grau de endividamento e de responsabilidades financeiras e a análise da tesouraria do município.

Os valores estão considerados de forma agregada e global com incidência especial para a variação do peso de cada um dos componentes na respetiva estrutura da despesa ou na receita e para os seus valores absolutos mais significativos. A análise apresentada no documento permite ainda uma apreciação comparativa da evolução da estrutura e do montante executado nas diferentes rubricas do orçamento durante os últimos três anos.

1. Execução orçamental geral

Iniciamos esta análise com apresentação resumida da execução das receitas e despesas do município, e que se constituem como a demonstração da origem e da aplicação dos fundos que contribuíram para a execução orçamental de 2017:

Quadro 1 - RESUMO DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS – 2017

(em € - Euros)

R E C E I T A S – Origem de Fundos				D E S P E S A S – Aplicação de Fundos			
RECEITAS CORRENTES		VALOR	(%)	DESPESAS CORRENTES		VALOR	(%)
01	IMPOSTOS DIRETOS	1.219.755,97	13,1%	01	PESSOAL	3.620.313,97	37,3%
02	IMPOSTOS INDIRETOS	5.947,70	0,1%	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERV.CORRENTES	2.905.338,10	29,9%
04	TAXAS,MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	34.791,72	0,4%	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	31.015,41	0,3%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIIDADE	343.217,67	3,7%	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	932.509,76	9,6%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.383.679,87	68,5%	05	SUBSÍDIOS	79.192,52	0,8%
07	VENDA BENS E SERVIÇOS CORRENTES	514.842,22	5,5%	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.955,04	0,3%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.016,62	0,2%				
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		8.519.251,77	91,5%	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		7.598.324,80	78,2%
RECEITAS DE CAPITAL		VALOR	(%)	DESPESAS DE CAPITAL		VALOR	(%)
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	0,00	0,0%	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.718.330,59	17,7%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	795.026,14	8,5%	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	67.500,00	0,7%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,0%	09	ACTIVOS FINANCEIROS	65.652,00	0,7%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,0%	10	PASSIVOS FINANCEIROS	260.948,83	2,7%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,0%	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,0%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		795.026,14	8,5%	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		2.112.431,42	21,8%
TOTAL DAS RECEITAS		9.314.277,91	100,0%	TOTAL DAS DESPESAS		9.710.756,22	100,0%
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		4.261.583,60		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		3.865.105,29	
TOTAL GERAL		13.575.861,51		TOTAL GERAL		13.575.861,51	

Através da análise do quadro verificamos, para além do valor das componentes orçamentais mais relevantes e cuja apreciação desenvolveremos nos pontos seguintes, que a receita total no decurso do ano de 2017 corresponde aproximadamente a 9 milhões e 314 mil euros (não incluindo o saldo da gerência anterior). No que se refere à despesa verifica-se que esta atingiu o montante total de

9.710.756,22 € (não incluindo o saldo para a gerência seguinte). Constatamos ainda que irá transitar para a gerência do ano seguinte um saldo orçamental de aprox. 3 milhões e 865 mil euros.

Apresentamos de seguida um quadro síntese de execução orçamental o qual nos permite conhecer em termos globais a natureza das receitas e das despesas realizadas durante o exercício económico de 2017, bem como os seus desvios em relação ao previsto no orçamento inicial, corrigido com as alterações e revisões orçamentais efetuadas ao valor global do orçamento durante este exercício económico:

Quadro 2 - NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

(em € - Euros)

Designação		2015	2016	2017			
		Grau de Execução	Grau de Execução	Orçamento (Previsões corrigidas)	Execução (31.12.2017)	Grau de Execução	Desvio Orçamental
RECEITAS	Correntes	94,4%	97,3%	8.396.931,00	8.519.251,77	101,5%	1,5%
	Capital	39,7%	74,7%	2.688.349,00	795.026,14	29,6%	-70,4%
	Out. Receitas - Saldo Gerência	-	-	1.870.150,00	1.870.100,00	100,0%	0,0%
Total das Receitas		82,5%	92,9%	12.955.430,00	11.184.377,91	86,3%	-13,7%
DESPESAS	Correntes	92,6%	96,4%	7.754.008,00	7.598.324,80	98,0%	-2,0%
	Capital	53,7%	62,7%	5.201.422,00	2.112.431,42	40,6%	-59,4%
	Total das Despesas	82,2%	87,6%	12.955.430,00	9.710.756,22	75,0%	-25,0%

A taxa de execução total da receita (líquida) é significativamente elevada (86,3%), com especial incidência no nível bastante elevado (cerca de +122 mil euros em relação ao previsto) na execução das receitas correntes (101,5%). O nível mais baixo da execução das receitas de capital (29,6%, cerca de 795 mil euros) e que implicou um desvio orçamental de (-) 70,4%, mas que em nada afetou a capacidade financeira da autarquia, foi consequência de:

- não realização do valor previsto de cerca de (-) 50 mil euros, referente à venda de lotes habitacionais/comerciais;
- quantias não recebidas de projetos financiados pelo FEDER, cuja receita estava prevista ser arrecadada durante 2017 o que não se verificou (cerca de (-) 259 mil euros, do POCTEP-INTERREG: PEGLA, ADLA, ATLA e Terras do Sol-Rede Cultural), mas que previsivelmente serão cobrados em 2018);
- valores de projetos financiados pelos fundos comunitários, cuja receita estava prevista ser arrecadada ainda durante este ano, mas, como a execução física desses investimentos somente se desenvolverá em 2018, a referida receita não se verificou em 2017 e como tal só irá ter reflexos orçamentais efetivos no próximo ano económico, e à medida que as obras venham a ser realizadas (cerca de 1 milhão e 374 mil euros, referentes à requalificação da EB 2,3 D. João de Portel e do PARU - reabilitação dos acessos ao castelo);
- o montante de cerca de (-) 210 mil euros, referente à não aprovação da candidatura ao POCTEP-INTERREG da reabilitação/adaptação do ex-Posto da GNR: Montado e Turismo.

É de salientar que o bom nível de realização geral na receita autárquica (86,3%), ultrapassando até o limite de 85% considerado como referência obrigatória na legislação atual, foi conseguida através de uma estimativa orçamental das receitas prudente e baseada na real capacidade financeira do município. Esta atitude, que o município vem mantendo durante os últimos anos, continua a apresentar-se como um fator sólido na gestão orçamental da autarquia, gerando estabilidade e como tal permitindo um firme equilíbrio na gestão financeira, isto é: no município a realização da despesa é suportada numa efetiva dotação orçamental e de tesouraria o que permite comprometer e assumir orçamentalmente despesas e efetuar a

sua liquidação e pagamento nos prazos acordados, evitando dificuldades de tesouraria ou problemas na estrutura financeira da autarquia.

Por outro lado o grau de execução da despesa total é também bastante considerável (75,0%) refletindo o empenhamento do executivo na realização e execução da grande parte das ações e projetos planeados pelo município para este ano económico. A execução das despesas de capital (40,6%) embora relevante, ficou aquém do previsto. Este desvio orçamental, de (-) 59,6%, é explicado basicamente, como já assinalámos anteriormente, pelo atraso no início da execução física de alguns projetos, por consequência de atraso nos processos administrativos de concurso público ou por aguardarem a aprovação/enquadramento nos programas de financiamento do Quadro Comunitário 2014-2020 (ex: requalificação da EB 2,3 de Portel, reabilitação dos acessos ao castelo, beneficiação e ampliação das piscinas municipais descobertas, ampliação do C.C. de Santana, praias fluviais,...), limitando de alguma forma a execução do plano de investimentos do município no corrente ano. Fazemos notar contudo que algumas destas situações estão neste momento desbloqueadas, e os projetos mais significativos vão ter o seu devido, e esperado, desenvolvimento durante o ano de 2018.

É ainda de referir que alguns investimentos do município só irão ser concluídos no ano 2018 (ex: arruamentos e requalificação urbana, reabilitação de parques e jardins, software informático, substituição de pisos dos polidesportivos descobertos, planos municipais de defesa da floresta e proteção civil...), pelo que a sua despesa, embora comprometida no orçamento de 2017, só vai ter reflexo efetivo nas despesas de capital do próximo ano. Outros investimentos, por oportunidade e decisão do executivo, só serão realizados na execução do próximo orçamento (ex: material de transporte,...).

Fazemos notar também, como veremos em análise própria deste relatório, que a execução da despesa tem continuado a ser acompanhada dos respetivos pagamentos, não tendo qualquer significado os valores da dívida da autarquia a fornecedores.

Por último, neste ponto, é importante analisar a evolução dos saldos orçamentais de gerência:

Quadro 3 - EVOLUÇÃO DOS SALDOS DE GERÊNCIA

(em € - Euros)

Saldos Orçamentais	2015	2016	VARIAÇÃO	2017	VARIAÇÃO
	VALOR	VALOR	16/15 %	VALOR	17/16 %
SALDO GERÊNCIA ANTERIOR	3.679.917,02	3.717.541,66	1,0%	4.261.583,60	14,6%
SALDO PARA GERÊNCIA SEGUINTE	3.717.541,56	4.261.583,60	14,6%	3.865.105,29	-9,3%

No Município de Portel o saldo de gerência continua a ser importante e um aspeto essencial que garantiu parte do financiamento da execução orçamental do corrente ano. Esta situação, neste ano de 2017, é evidenciada pelo decréscimo do montante desse saldo de aprox. (-) 396 mil euros, equivalente a (-) 9,3% em relação ao ano anterior. Por outro lado o montante atual deste saldo (cerca de 3 milhões e 865 mil euros) continua a ser bastante significativo e salvaguarda o financiamento, nos próximos orçamentos municipais, dos projetos e ações estruturantes que o executivo tem programadas para o futuro, e que previsivelmente não serão comparticipadas pelos fundos comunitários.

2. Execução da Receita

As receitas arrecadadas pelo município constituem-se como o recurso necessário, importante e único para financiar as funções da autarquia e representam a base de financiamento para um conjunto de despesas de funcionamento regulares imprescindíveis ao desempenho das atividades da autarquia bem

como para os investimentos estruturantes previstos. É por isso importante a análise da sua evolução e da sua origem para que possamos elaborar um real e correto planeamento na orçamentação das despesas.

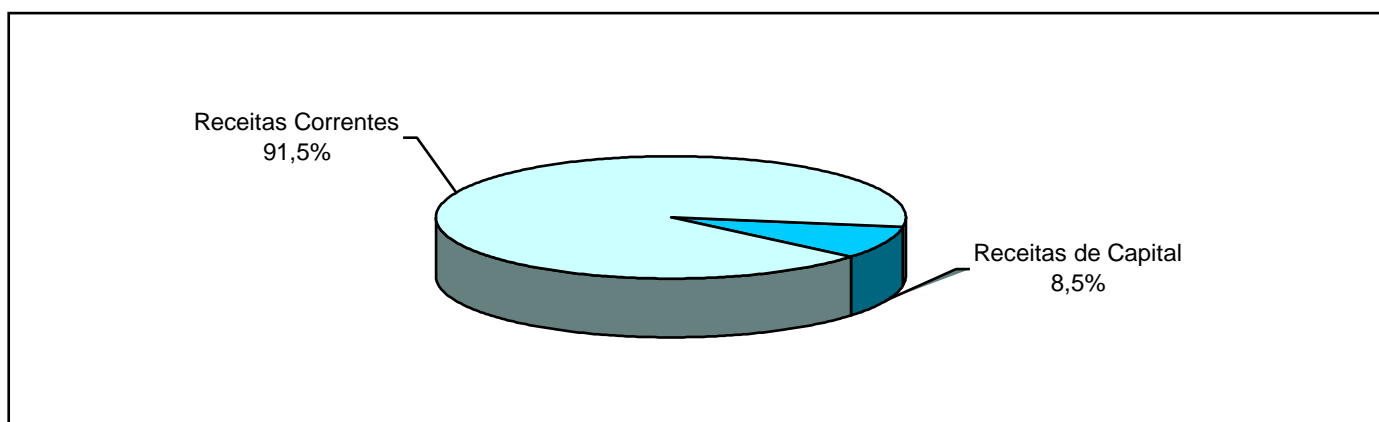
2.1 Estrutura da Receita

A receita do município caracteriza-se por dois grandes grupos de classificação económica: as Receitas Correntes e as Receitas de Capital:

Quadro 4 - ESTRUTURA DA RECEITA

(em € - Euros)

RECEITAS	2015		2016		VARIACÃO 16/15 %	2017		VARIACÃO 17/16 %
	VALOR	%	VALOR	%		VALOR	%	
Receitas Correntes	7.867.445,84	89,5%	7.979.276,65	84,4%	1,4%	8.519.251,77	91,5%	6,8%
Receitas de Capital	920.198,14	10,5%	1.475.307,77	15,6%	60,3%	795.026,14	8,5%	-46,1%
TOTAL	8.787.643,98	100,0%	9.454.584,42	100,0%	7,6%	9.314.277,91	100,0%	-1,5%



A receita total do município no ano de 2017 diminuiu (-) 1,5% em relação ao ano anterior. Nas receitas correntes verifica-se um acréscimo de (+) 6,8%, cerca de 540 mil euros, apresentando-se estas com um peso importante na estrutura das receitas municipais (91,5%). Nas receitas de capital verificou-se um decréscimo de (-) 46,1%, aprox. (-) 680 mil euros, em relação ao ano anterior.

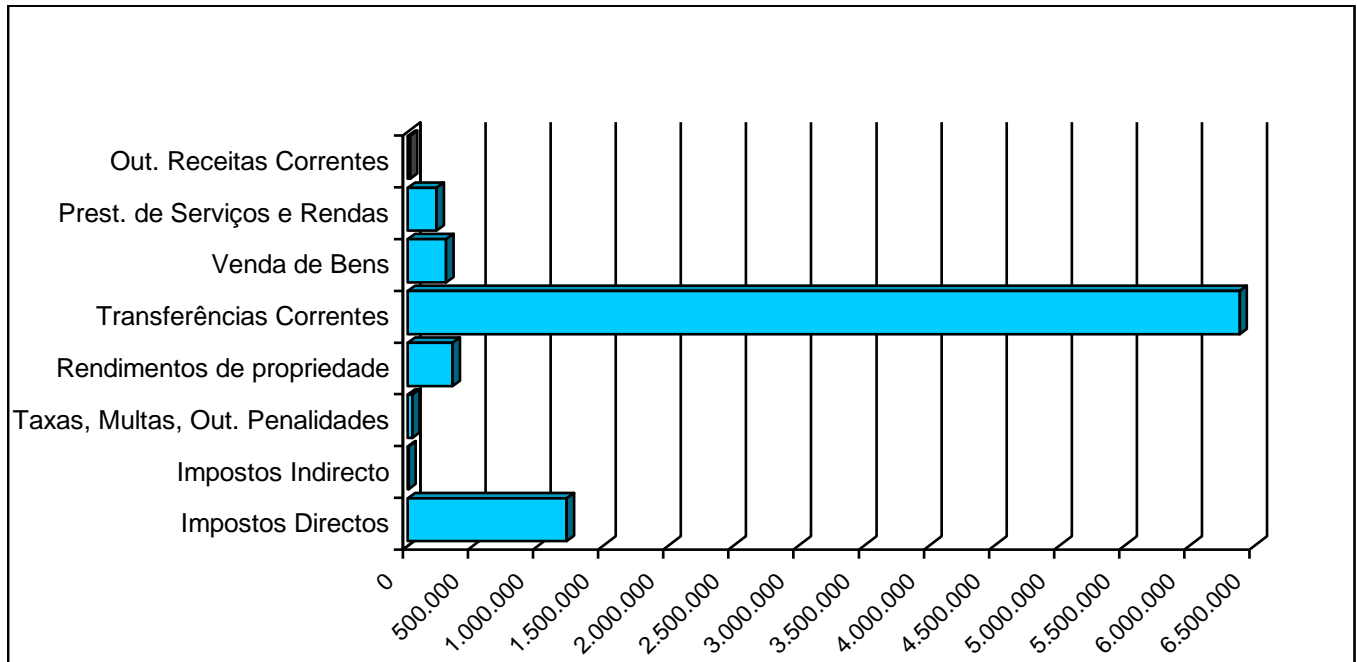
2.2 Receitas Correntes

A receita corrente da autarquia subdivide-se em diferentes componentes económicas, que constituem a sua estrutura principal, e as quais contribuem, com maior ou menor significado, para as receitas totais. É este detalhe que podemos analisar no quadro seguinte:

Quadro 5 - ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES

(em € - Euros)

RECEITAS CORRENTES	2015		2016		VARIACÃO 16/15 %	2017		VARIACÃO 17/16 %
	VALOR	%	VALOR	%		VALOR	%	
Impostos Directos	630.665,51	8,0%	775.308,95	9,7%	22,9%	1.219.755,97	14,3%	57,3%
Impostos Indirectos	5.489,92	0,1%	7.413,26	0,1%	35,0%	5.947,70	0,1%	-19,8%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	15.042,11	0,2%	13.285,25	0,2%	-11,7%	34.791,72	0,4%	161,9%
Rendimentos de Propriedade	336.656,37	4,3%	356.462,30	4,5%	5,9%	343.217,67	4,0%	-3,7%
Transferências Correntes	6.229.529,42	79,2%	6.260.230,66	78,5%	0,5%	6.383.679,87	74,9%	2,0%
Venda de Bens	397.555,44	5,0%	305.603,25	3,8%	-23,1%	294.365,79	3,5%	-3,7%
Prestação de Serviços e Rendas	232.878,06	3,0%	225.731,59	2,8%	-3,1%	220.476,43	2,6%	-2,3%
Outras Receitas Correntes	19.629,01	0,2%	35.241,39	0,4%	79,5%	17.016,62	0,2%	-51,7%
TOTAL	7.867.445,84	100,0%	7.979.276,65	100,0%	1,4%	8.519.251,77	100,0%	6,8%



A estrutura deste tipo de receitas têm-se mantido sensivelmente idêntica durante os últimos anos. A componente mais elevada das receitas correntes (transferências correntes) resulta da participação do município na repartição dos recursos públicos através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e do Fundo Social Municipal (FSM), do valor transferido para suportar as competências assumidas pela autarquia perante o Ministério da Educação, para além da participação variável no IRS e do financiamento de projetos de índole social e de promoção de emprego, quer de natureza comunitária quer da responsabilidade da administração central. Estas transferências correntes tiveram um acréscimo de (+) 2,0% em relação ao ano anterior, aprox (+) 123 mil euros e no seu conjunto representam 74,9% da receita corrente total, continuando a demonstrar que o município depende financeiramente do setor público central do Estado. O referido acréscimo teve origem no aumento significativo do FEF corrente (+) 153 mil euros que compensou a diminuição da participação variável no IRS aprox. (-) 6 mil euros e das comparticipações do estado em projetos cofinanciados, aprox. (-) 24 mil euros.

Contribuem também com significado no peso das receitas correntes os impostos directos (14,3%), - imposto municipal sobre imóveis (IMI), o imposto municipal sobre transmissões de imóveis (IMT), o imposto único de circulação (IUC) e a derrama – verificando-se que o aumento de aprox. (+) 444 mil euros nas receitas desta componente, (+) 57,3%, se explica na quase totalidade pelo aumento do IMT cobrado, induzido pelo aumento das transações onerosas de imóveis a nível concelhio, e pela receita de impostos directos diversos (cobrança de valores antigos em imposto de SISA em cerca de 88 mil euros). Este aumento compensou o decréscimo verificado em relação ao ano anterior, no IMI cobrado, (-) 17 mil euros, bem como na derrama, (-) 22 mil euros, consequência das taxas mínimas aplicadas pelo município.

Nas receitas correntes é também de considerar a venda de bens (água e bens inutilizados-recicláveis), bem como a prestação de serviços e rendas (aluguer de espaços e equipamentos, serviços sociais, recreativos e culturais, resíduos sólidos, transportes e rendas de edifícios) as quais representam em conjunto 6,1% da totalidade das receitas correntes. A diminuição da receita de venda de bens, (-) 3,7%, aprox. (-) 13 mil euros em relação ao ano anterior, é explicada preponderantemente, pela diminuição da receita no consumo de água. Em relação à prestação de serviços e rendas verificou-se um decréscimo

destas receitas, (-) 2,3%, aprox. (-) 5 mil euros, o qual foi induzido pela diminuição das receitas com o serviços de saneamento e de outros serviços não especificados.

A receita proveniente dos rendimentos de propriedade (aprox. 343 mil euros), referente a juros de depósitos a prazo, e as rendas de concessão da rede de distribuição de energia à EDP, é a terceira receita na hierarquia das receitas correntes municipais (4,0%), tendo tido um decréscimo de (-) 3,7%, aprox. (-) 13 mil euros, induzido essencialmente pela diminuição no rendimento obtido nos juros de depósito a prazo.

As outras receitas correntes sofreram uma diminuição de aprox. (-) 18 mil euros, uma vez que não houve neste ano situações de reembolso de IVA (situação que, excecionalmente, se tinha verificado em 2016), voltando este tipo de receita ao nível estrutural dos anos anteriores. Na rubrica taxas, multas e outras penalidades verificou-se um acréscimo de aprox. (+) 21mil euros com origem na cobrança excecional de juros mora, relacionados com a cobrança de SISA, referida anteriormente.

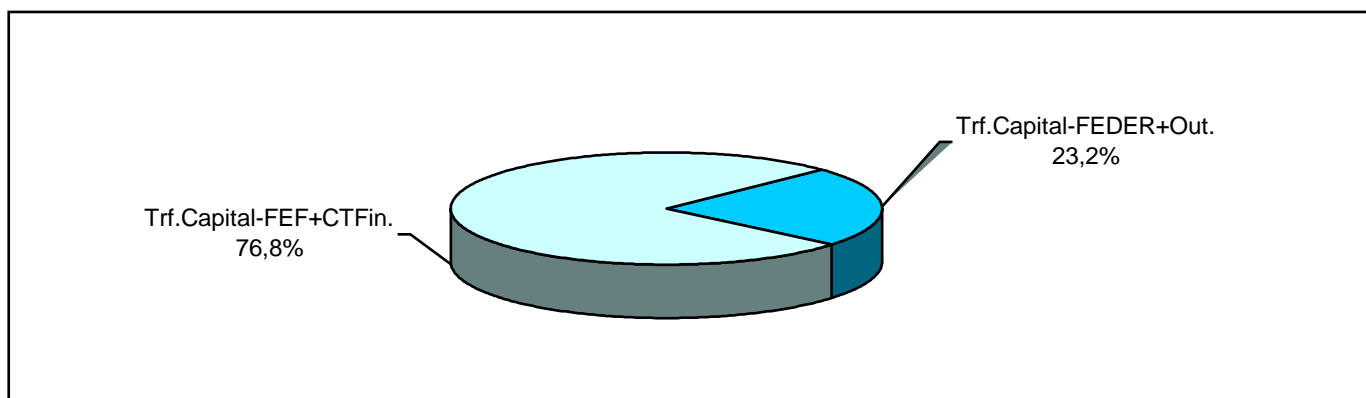
2.3 Receitas de Capital

A receita de capital do município também se apresenta detalhada em diversos itens económicos que interessa analisar a partir do seguinte quadro:

Quadro 6 - ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL

(em € - Euros)

RECEITAS DE CAPITAL	2015		2016		VARIAÇÃO	2017		VARIAÇÃO
	VALOR	%	VALOR	%	16/15 %	VALOR	%	17/16 %
Venda de Bens de Investimento	73.812,50	8,0%	24.256,03	1,7%	-67,1%	0,00	0,0%	-100,0%
Trf. Capital - FEF e Coop. Tecn. Financ.	622.733,00	67,7%	592.250,00	40,1%	-4,9%	610.932,75	76,8%	3,2%
Trf. Capital - FEDER e Outras	223.652,64	24,3%	858.801,74	58,2%	284,0%	184.093,39	23,2%	-78,6%
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Repos. Não Abatidas Pagamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	920.198,14	100,0%	1.475.307,77	100,0%	60,3%	795.026,14	100,0%	-46,1%



Como já fizemos questão de salientar, em termos globais as receitas de capital diminuíram (-) 46,1%, cerca de (-) 680 mil euros, em relação a igual período do ano anterior, induzidas pela quase ausência de projetos co-financiados pelo FEDER (o único projeto executado e cuja comparticipação foi já recebida em parte refere-se à reabilitação da Rua de Évora em Monte do Trigo). Fazemos notar que, no ano anterior, verificou-se o encerramento financeiro e administrativo da maioria dos projetos financiados pelos fundos

comunitários, tendo sido por isso arrecadada significativos montantes de receita referentes às respetivas participações, daí que o valor desta rubrica no ano de 2016 tenha sido excecionalmente elevado.

Salientamos que a continuidade desta fonte de receita para os próximos 3/4 anos depende das regras e dos projetos municipais passíveis de integrar as candidaturas ao novo quadro de financiamento comunitário, e cujos enquadramentos normativos só durante o ano de 2017 começaram a ser definidos por parte da entidade gestora da administração central.

As receitas de capital com origem nas transferências regulares do Estado para as autarquias, em cumprimento da lei das finanças locais (FEF), continuam a assumir uma expressão considerável na totalidade das receitas de capital da autarquia (76,8%), e, na prática, constituem-se como a participação anual do Estado para investimentos no concelho. Neste exercício económico este tipo de receita foi afetada positivamente pelo aumento de aprox. (+) 19 mil euros, (+) 3,2% em relação ao ano anterior, resultado do aumento do FEF de capital por parte da administração central.

Neste ano de 2017 não se verificaram receitas provenientes da venda de bens de investimento em resultado da não ter sido alienado qualquer lote habitacional/comercial. Como podemos constatar esta componente das receitas de capital é bastante aleatória e o montante a arrecadar em cada ano será sempre função dos bens que a autarquia possa vir a ter para venda e que os munícipes/empresas estejam dispostos a adquirir.

3. Execução da Despesa

A análise da despesa autárquica ilustra, em termos gerais, o nível de ações, atividades e investimentos que o município desenvolveu e realizou durante o exercício económico e que, conseqüentemente, refletirá o maior ou menor grau de satisfação dos munícipes. Uma primeira análise pode ser feita a partir da estrutura dessa mesma despesa.

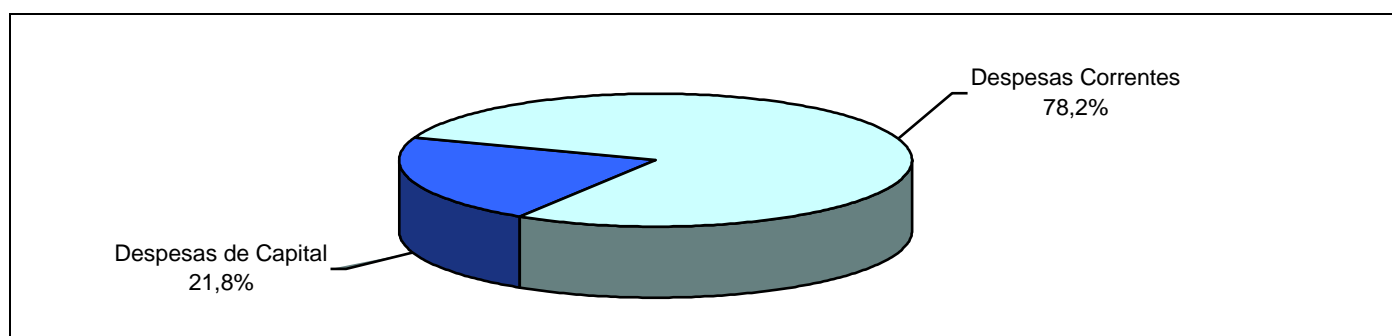
3.1 Estrutura da Despesa

A despesa do município é caracterizada por duas grandes classificações económicas: as Despesas Correntes e as Despesas de Capital e que apresentamos no seguinte quadro:

Quadro 7 - ESTRUTURA DA DESPESA

(em € - Euros)

DESPESAS	2015		2016		VARIACÃO 16/15 %	2017		VARIACÃO 17/16 %
	VALOR	%	VALOR	%		VALOR	%	
Despesas Correntes	7.224.451,88	82,6%	7.250.325,81	81,4%	0,4%	7.598.324,80	78,2%	4,8%
Despesas de Capital	1.525.567,56	17,4%	1.660.216,57	18,6%	8,8%	2.112.431,42	21,8%	27,2%
TOTAL	8.750.019,44	100,0%	8.910.542,38	100,0%	1,8%	9.710.756,22	100,0%	9,0%



As despesas correntes registaram um acréscimo de (+) 4,8%, aprox. (+) 348 mil euros, continuando a ter um peso preponderante e fundamental (de 78,2%) na estrutura global da despesa da autarquia. Também as despesas de capital, que representam 21,8% da totalidade dos custos do Município, verificaram um acréscimo bastante significativo durante este ano de 2017, (+) 27,2%, cerca de (+) 452 mil euros. A despesa total do município aumentou (+) 9,0%, aprox. (+) 800 mil euros, em relação ao ano anterior.

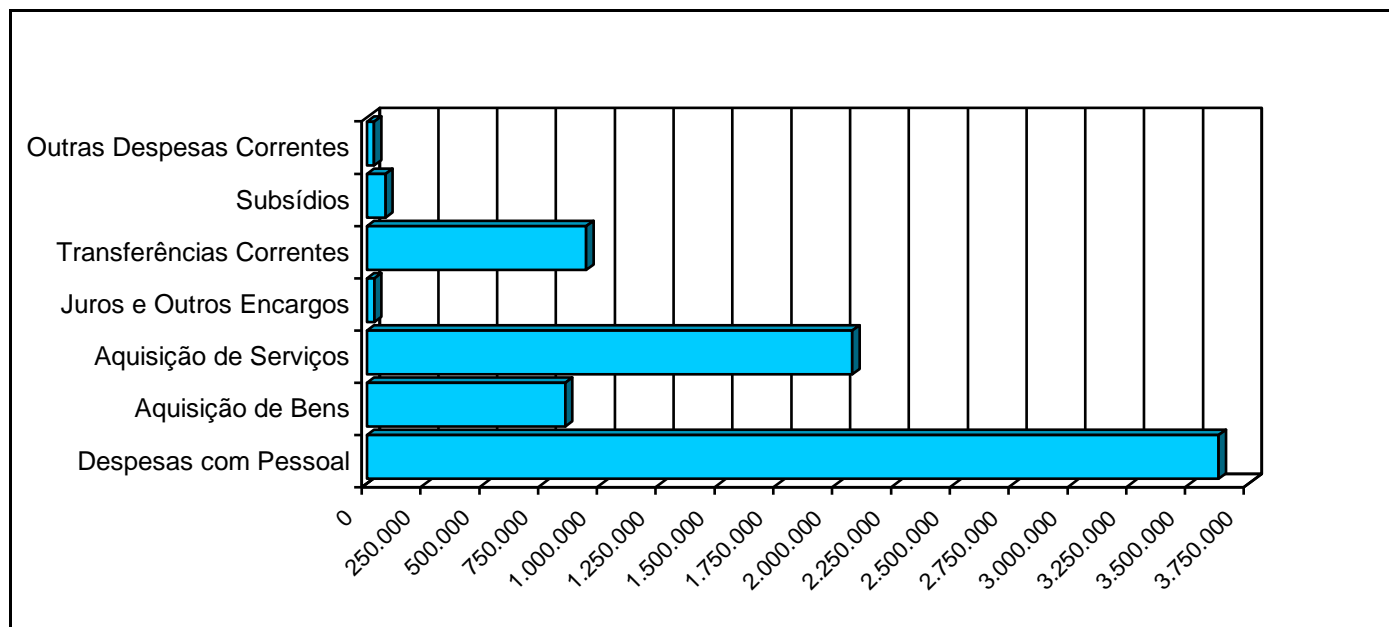
3.2 Despesas Correntes

A despesa corrente pode ser analisada através das grandes rubricas económicas que constituem a sua estrutura principal e as quais contribuem e explicam as atividades e ações, correntes, que são muito relevantes para a autarquia. O detalhe é demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 8 - ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES

(em € - Euros)

DESPESAS CORRENTES	2015		2016		VARIAÇÃO	2017		VARIAÇÃO
	VALOR	%	VALOR	%	16/15 %	VALOR	%	17/16 %
Despesas com Pessoal	3.596.699,66	49,8%	3.649.482,20	50,3%	1,5%	3.620.313,97	47,6%	-0,8%
Aquisição de Bens	749.882,21	10,4%	750.845,88	10,4%	0,1%	842.608,62	11,1%	12,2%
Aquisição de Serviços	1.739.035,40	24,1%	1.797.694,22	24,8%	3,4%	2.062.729,48	27,2%	14,7%
Juros e Outros Encargos	36.759,51	0,5%	33.253,83	0,5%	-9,5%	31.015,41	0,4%	-6,7%
Transferências Correntes	933.513,58	12,9%	933.755,59	12,9%	0,0%	932.509,76	12,3%	-0,1%
Subsídios	133.790,67	1,8%	68.709,63	0,9%	-48,6%	79.192,52	1,0%	15,3%
Outras Despesas Correntes	34.770,85	0,5%	16.584,46	0,2%	-52,3%	29.955,04	0,4%	80,6%
TOTAL	7.224.451,88	100,0%	7.250.325,81	100,0%	0,4%	7.598.324,80	100,0%	4,8%



A estrutura das despesas correntes manteve-se próxima da estrutura dos anos anteriores embora com um aumento global de (+) 4,8%, que corresponde a um acréscimo absoluto de cerca de (+) 348 mil euros.

As despesas com pessoal conjuntamente com a aquisição de serviços são as rubricas que alcançam os valores com maior peso nesta estrutura, representando respetivamente 47,6% e 27,2% da totalidade das despesas correntes. As despesas com pessoal mantiveram-se sensivelmente ao nível do ano anterior,

com um decréscimo não significativo de (-) 0,8%, aprox. (-) 29 mil euros, e que resulta em parte do diminuição de pagamentos ao nível dos encargos da responsabilidade do município com a saúde (ADSE).

Na rubrica de aquisição de bens (combustíveis, água, material de escritório, produtos de limpeza e de desinfecção, peças para conservação de veículos e equipamentos, vestuário, material de educação cultura e recreio - equipamentos culturais e manuais escolares, entre outros) constata-se um acréscimo de 12,2%, aprox. (+) 91 mil euros, e na componente de aquisição de serviços (da qual se destacam os encargos com a iluminação pública, os transportes escolares, a locação e conservação de bens, os seguros e comunicação e vários outros serviços), verificou-se um acréscimo de (+) 14,7%, cerca de (+) 265 mil euros. O aumento das despesas com a aquisição de bens e serviços resulta de alguma forma pela razão do aumento de alguns custos destes bens e serviços (ex: água, combustíveis iluminação pública, seguros) mas essencialmente pela decisão do executivo em incrementar significativamente as ações e as atividades autárquicas destinadas aos munícipes e associações e cujos pagamentos se refletem nestas rubricas da despesa corrente (ex: locação de bens, trabalhos especializados, outros serviços).

Nas transferências correntes (para as freguesias e associações de municípios, para as instituições sem fins lucrativos e famílias) verifica-se que se conseguiu manter os valores gastos do ano anterior, refletindo a manutenção das atividades e ações da autarquia em prol das instituições, das associações e das pessoas.

Quanto à rubrica de subsídios atribuídos, a qual está diretamente relacionada com o financiamento, por parte do IEFP, dos programas de emprego-inserção (projetos CEI+, destinados a desempregados, sem subsídio de desemprego ou em situação de procura de 1.º emprego), apresenta um acréscimo de aprox. (+) 10 mil euros, o qual foi gerado incremento por parte da autarquia na implementação destas medidas de apoio ao emprego durante este ano de 2017. O Município, em colaboração com o IEFP, vai continuar empenhado na promoção e execução destes programas de combate ao desemprego.

Os juros e outros encargos tiveram uma diminuição de cerca de (-) 2 mil euros, mantendo no entanto o seu peso relativo na estrutura das despesas corrente da autarquia (0,4%). As outras despesas correntes (IVA a pagar, restituições e serviços bancários) sofreram um acréscimo em relação ao ano anterior que ronda os (+) 13 mil euros e que se explica pelo pagamento em 2017 de IVA referente às empreitadas. Estas duas rubricas, no entanto, têm um peso pouco significativo nas despesas correntes da autarquia.

3.3 Atividades relevantes

Assim a autarquia de Portel, durante este ano de 2017, continuou a apoiar e desenvolver em diferentes áreas (educação, cultura, desporto, tempos livres, saúde, ação social, saneamento e abastecimento de água, desenvolvimento económico, proteção civil, etc...) atividades, iniciativas e ações correntes, que se revestiram de grande importância para o desenvolvimento económico e social do concelho e para a melhoria e qualidade de vida dos nossos munícipes, e das quais, entre outras, destacamos:

- **Oferta de manuais escolares**, totalmente gratuitos, a todos os alunos do 1.º ao 9.º ano de escolaridade, bem como um apoio financeiro aos alunos que, pela natureza do seu ensino, não necessitam desses manuais; Este ano letivo foi atribuído **também um apoio financeiro**, no valor de 100 euros, **a todos os alunos do ensino secundário**;
- **Concessão de subsídio financeiro de estudo**, no valor de 500 euros anuais, a todos os alunos residentes no concelho de Portel que frequentem cursos em estabelecimentos de ensino superior;

- **Transportes escolares** e a comparticipação financeira desses transportes a todos os alunos do concelho que deles necessitem e que tenham enquadramento legal, nomeadamente alunos do 1.º ao 3.º ciclo, do ensino secundário (regular e profissional) e crianças do pré escolar residentes em montes e freguesias sem transportes públicos;
- **Atividades de enriquecimento curricular** (inglês, música, ciências, natação e atividade física e desportiva) em todas as escolas do concelho, complementadas com **atividades de apoio à família** (filosofia para crianças, cante alentejano, jogos tradicionais, atividades na biblioteca), assegurando-se assim atividades lúdicas e pedagógicas no tempo de permanência dos alunos nas escolas;
- **Atividades de prolongamento de horários** para a educação pré-escolar, bem como a dinamização de atividades físicas e de música nos jardins-de-infância em simultâneo com o programa de fornecimento de refeições às crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo;
- Funcionamento de **bibliotecas escolares** e programa de distribuição de **fruta escolar**;
- **Atividades de ocupação de tempos livres** nos períodos de pausa letiva bem como o **programa de férias desportivas** para as crianças e jovens do concelho;
- **Subsídio ao AEP - Agrupamento de Escolas de Portel** e apoio e colaboração em diversas atividades nomeadamente, e entre outras, no **desfile de Carnaval das Escolas**, nas comemorações do “**São Martinho**” com o tradicional “magusto” e ofertas de castanhas e no “**Viva a Escola**”, evento que assinala a festa de final de ano letivo dos estabelecimentos escolares do concelho;
- **Cedência de transporte** gratuito em todas as **viagens de estudo** e de **desporto escolar** promovidas pelo AEP;
- **Colaboração** com o AEP e com outros estabelecimentos escolares do ensino secundário, profissional e superior (a EPRAL-Évora, a EPFA-Vidigueira, a UE-Universidade de Évora, a Escola André de Gouveia entre outros) **na disponibilização de estágios escolares**, de formação em contexto de trabalho e de atividades de práticas simuladas, a alunos dos cursos ministrados naqueles estabelecimentos de ensino;
- **Dinamização da Biblioteca Municipal** com atividades de grande interesse e de excelente qualidade, as quais tem envolvido público de todas as idades (crianças, pais, avós, encarregados de educação, professores...) e das quais destacamos os “ateliers”, a atividade “Dormir com Livros”, as sessões de leitura, de poesia e de contos, as leituras dramatizadas e de teatro infantil, as ações de sensibilização e de informação, a apresentação de livros, as conversas com escritores de renome, as exposições;
- **Organização da programação cultural de referência no Auditório Municipal de Portel**, desde a projeção regular de cinema, passando por espetáculos e outras atividades de natureza educativa recreativa e cultural;
- **Organização do Festival de Cinema** “O Castelo em Imagens” e do respetivo Concurso Nacional Escolar;
- **Exposições de vária natureza** e índole artística no Pavilhão Temático “A Bolota”, na Capela de Santo António e no Auditório Municipal;
- **Organização de diversas atividades** que contribuem para a melhoria do ensino e o sucesso escolar, tais como as comemorações do “**Mês da Criança**” e o programa “**Festa com Livros**”, o qual inclui também o “**Concurso de Escrita Criativa**” para os alunos do 1.º, 2.º e 3.ª ciclo;
- **Atividades gratuitas** da **Escola Municipal de Artes do Espetáculo**, tais como teatro, ballet, sevilhanas, hip-hop, dança contemporânea, ginástica e aulas de natação;
- **Diversas atividades** da **Universidade Sénior de Portel**, de que destacamos a tuna, o canto, o teatro, a costura e as passagens de modelos, a informática, a hidroginástica, a história local, as recriações históricas e o desfile medieval, a dança e as marchas populares e também os excelentes espetáculos e atividades de encerramento do ano letivo;

- **Funcionamento e dinamização das Piscinas Municipais** Cobertas e Descobertas. Neste contexto organizou-se em Portel, nas Piscinas Municipais Cobertas, um **Festival/Encontro de Natação**, em que participaram para além dos jovens atletas de Portel, cerca de 80 atletas de outros concelhos do alentejo;
- **Apoios e colaboração** com as associações, paróquias, grupos desportivos, grupos corais e outras coletividades do concelho **através de subsídios financeiros, cedência de transportes e outros significativos apoios logísticos** em diversas iniciativas de índole cultural, desportiva e de lazer;
- **Apoios logísticos às Comissões de Festas** tornando possível a realização das festividades tradicionais em todas as freguesias do concelho;
- **Vários eventos e espetáculos apoiados e/ou organizados pela autarquia** os quais durante este ano tiveram um elevado envolvimento da população, das associações e dos jovens e de que destacamos, o “Mês da Música”, o “Mês da Juventude”, o “Festival Portel +Jovem”, este ano realizado no Parque do Rossio, um novo espaço bastante aprazível e atrativo, o “Estágio Nacional de Orquestra de Sopros”, o programa “Setembro é Desporto”, as “Provas de Natação em Águas Abertas do Grande Lago de Alqueva”, a prova do “Campeonato Nacional de Mini-Golfe”, a “I Concentração Motard do Moto clube de Portel”, o “I Trail da Serra de Portel”, o “I Torneio de Futvolei”, a “Taça Amizade em Futebol de 11”, a “Prova Alqueva de Pesca Embarcada ao Achigã” e o “Passeio de São Martinho, de automóveis clássicos, antigos e desportivos”;
- **Organização**, em colaboração com a AAE - Associação de Atletismo de Évora, do **Campeonato do Alentejo de Corta Mato** e do **Campeonato Regional de Corta Mato**, que teve lugar nos terrenos do Parque de Feira e Exposições de Portel e envolveu cerca de 500 participantes;
- **Apoio e participação financeira**, em colaboração com a CIMAC, **na Volta ao Alentejo em Bicicleta** a qual este ano integrou uma chegada em Portel (junto ao Tribunal) no percurso da 2.ª Etapa: Monforte-PORTEL;
- **Realização em Portel**, em colaboração com a CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e a AAE - Associação de Atletismo de Évora, da prova de atletismo “**Critério de Corta Mato Paulo Guerra**”; A autarquia colaborou ainda com a CIMAC na organização da **Gala do Desporto do Alentejo**, bem como na edição anual da **Festa da Malha**;
- **Colaboração e apoio financeiro** a lançamentos e a edições de livros da autoria de jovens promissores escritores portelenses;
- **Apoio e organização** de diversos seminários e colóquios sobre variados temas, quer por iniciativa da autarquia quer em colaboração com outras entidades;
- **Apoio à recentemente criada UCC - Unidade de Cuidados na Comunidade de Portel**, através da oferta a esta unidade de alguns equipamentos e materiais, nomeadamente uma bancada para a sala polivalente e uma caixa para utilização na carrinha da UCC, para além da colaboração com as atividades e ações que esta unidade de saúde pública tem vindo a desenvolver;
- **Apoios logísticos e subsídios financeiros** às Associações de Solidariedade Social (IPSS's) do concelho e colaboração em campanhas de ajuda e de angariação de produtos aos mais carenciados;
- **Atribuição de benefícios aos titulares do “Cartão do Idoso +MAIS”** e que têm o seu maior significado na comparticipação de medicamentos e no apoio financeiro para as “caianças” das suas habitações;
- **Distribuição do “Cabaz de Natal”**, na época natalícia, a todos os beneficiários do cartão municipal do idoso, constituído essencialmente por géneros alimentícios;
- **Organização da Festa/Almoço de Reformados** do concelho, a qual decorreu num ambiente de excelente convívio e animação, envolvendo cerca de 700 idosos;

- **Implementação do PMOTJ - Programa Municipal de Ocupação Temporária de Jovens**, destinado a jovens do concelho de Portel, entre os 18 e os 25 anos, desempregados ou à procura do primeiro emprego, os quais colaboram e exercem atividades socialmente úteis em todas as freguesias do concelho. Este programa, a par da época normal, também integra uma época especial nas férias de verão, destinada a ocupar durante um mês todos os jovens do concelho, entre os 18 e os 25 anos, que assim o desejarem;
- **Comemorações e festas populares do “25 de Abril”**, assinalando-se ainda durante este ano outras comemorações e evocações, com espetáculos e atividades diversas, das quais destacamos o **“Dia da Criança**, o **“Dia Mundial do Teatro”**, o **“Dia Internacional da Mulher”**, o **“Dia Mundial da Saúde”**, o **“Dia Mundial da Atividade Física”**, o **“Dia Internacional dos Monumentos e dos Sítios”**, **“Dia Mundial da Dança”**, o **“Dia do Coração”** e a evocação dos **30 anos do falecimento de Zeca Afonso**;
- **Organização dos eventos “Congresso das Açordas”**, o qual, a par da animação, valoriza e divulga um dos pratos mais tradicionais da gastronomia do concelho, do **“Festival Internacional de Folclore”** e da **“PortelAves”**, integrados no programa **“Agosto em Festa”**, que para além de exposições, espetáculos musicais e muita animação incluiu a Mostra e Feira de Atividades Económicas, o Concurso do Mel e a Feira do Livro e ainda, durante o mês de Setembro, da **“Feira Medieval”**, a qual se revestiu de grande interesse histórico, cultural e recreativo;
- **Organização da “Feira do Montado”**, bem como dos aspetos logísticos necessários às iniciativas que lhe estão associadas de carácter comercial, gastronómico, desportivo, recreativo, cultural, técnico e científico e de animação. Destacamos na edição deste ano a cobertura em direto deste evento através do programa “Aqui Portugal” da RTP1;
- **Presença e participação** do município, como “convidado de honra”, na **“Feira do Porco Alentejano” em Ourique**, na qual promoveu o Montado e os produtos tradicionais do concelho, bem como os nossos cantares alentejanos e a nossa gastronomia, com especial relevo para as “Açordas”.
- **Participação** da autarquia na **“BTL – Feira Internacional do Turismo”**, em Lisboa, na **“Feira Empresarial de Maio”**, em Moura, na **“Feira de Saberes e Sabores da Raia”**, em Mourão, na **“FICOR - Feira Internacional da Cortiça”**, em Coruche, na **“Feira de São João”**, em Évora, na **“Ovibeja”** em Beja e na **“Feira do Gurumelo”** em Vila Nueva del Fresno – Espanha e ainda em outros certames da mesma natureza promovidos por diversas entidades e municípios, tendo em vista a promoção e divulgação das potencialidades e atividades do nosso concelho;
- **Implementação e concretização de medidas de CEI - Contratos de Emprego Inserção**, em colaboração com o IEFP-Instituto de Emprego e Formação Profissional, tendo em vista promover a empregabilidade de pessoas em situação de desemprego. Também em colaboração com este instituto público assegurou-se o **funcionamento do GIP - Gabinete de Inserção Profissional**;
- **A colaboração com a DECO-Évora**, através do **Gabinete de Apoio ao Consumidor**, proporcionando aos munícipes um atendimento jurídico gratuito que presta informações e apoio na resolução de conflitos de consumo e em situações de sobre-endividamento das famílias.
- **O apoio no desenvolvimento** do projeto intermunicipal **“Grande Rota do Montado”**, em colaboração com a CIMAC, e o qual envolve a criação de percursos de natureza, pedestres e cicláveis, ligando os diferentes concelhos do Distrito de Évora e cujo traçado no nosso concelho está basicamente delineado na Serra de Portel e na zona envolvente do Grande Lago de Alqueva;
- **A continuidade de uma recolha de resíduos sólidos urbanos** e dos serviços de **abastecimento de água** para consumo público, com qualidade;
- **Aquisição de vestuário e equipamento individual** para todos os trabalhadores das áreas mais operacionais, devidamente adequado às funções de trabalho que desempenham;

- **A realização de trabalhos de corte de vegetação**, de limpeza de bermas e de valetas nas estradas da responsabilidade do município bem como a execução de diversos melhoramentos e intervenções de **conservação e beneficiação dos caminhos agrícolas** em todas as freguesias;
- **A manutenção do apoio aos Bombeiros Voluntários de Portel** destacando-se ainda, a partir deste ano, o **financiamento** por parte do município, **da EIP** - Equipa de Intervenção Permanente, a qual conta **com 5 bombeiros em regime de permanência**, que ficarão vinculados à associação e que assegurarão o socorro de pessoas e bens, de forma permanente. A autarquia assegura, com financiamento próprio, o **funcionamento da equipa de Sapadores Municipais**;
- **Continuidade dos trabalhos de “Modernização Administrativa”** que visam a desmaterialização e informatização de processos e procedimentos administrativos municipais, com o objetivo de melhorar os serviços internos e também os serviços autárquicos prestados aos munícipes;
- **Organização do jantar anual de Natal** para trabalhadores e colaboradores do município, respetivas famílias, aposentados e eleitos, num animado convívio e confraternização, entregando ainda prendas às crianças filhos de trabalhadores;
- **Realização das iluminações de Natal** nas principais ruas do centro histórico de Portel. A autarquia, de acordo com a sua disponibilidade material e humana, colaborou ainda nas iluminações natalícias das freguesias que o solicitaram;
- **Colaboração e apoio às Juntas de Freguesia** para a realização de obras e iniciativas de índole diversa, garantindo-se também a continuidade das **transferências financeiras** previstas nos Contratos Interadministrativos de delegação de competências. A autarquia **colaborou ainda**, com as freguesias que o solicitaram, nos diferentes **desfiles de marchas populares**;
- **Colaboração com as Juntas de Freguesia** e outras entidades que promoveram neste verão diversas **atividades de tempos livres** garantindo gratuitamente o transporte das crianças para as piscinas municipais.
- **Manutenção**, duas vezes por semana, do **transporte público dos munícipes** de Alqueva e Amieira para Portel e regresso, bem como de S. Bartolomeu do Outeiro para a sede do concelho, uma vez por semana;

3.4 Outras atividades

Torna-se necessário também mencionar neste relatório muitas atividades do executivo municipal que, embora não tendo expressão orçamental visível, se tornaram durante este ano, bastante importantes para o bom desempenho da atividade municipal. Assim:

- **Reabertura**, em 2 de janeiro de 2017, **do Tribunal Judicial de Portel**, integrando 2 funcionários judiciais e relevando a vontade política do atual governo em aproximar a justiça dos cidadãos. Com o empenho, o diálogo e a luta da autarquia, foi cumprida a promessa e respeitada a necessidade e vontade das populações, combatendo-se assim a desertificação do interior e facilitando o acesso das populações à justiça;
- **Aprovação** pelo Programa Operacional Regional “Alentejo 2020 - FEDER” **do financiamento da obra de remodelação e beneficiação da Escola EB 2,3 D. João de Portel**, tendo sido adjudicada a empreitada de execução. Esta obra tem como objetivo melhorar as infraestruturas existentes ao nível da funcionalidade e acessibilidade dos espaços interiores e espaços exteriores, com realocações e intervenções nas salas de aulas, de atividades, laboratórios, biblioteca, cozinha, refeitório, instalações sanitárias, espaços administrativos, e a construção de uma sala de convívio de alunos;
- **Aprovação**, pelos fundos comunitários do “Alentejo2020 - FSE”, **do financiamento do projeto de intervenção escolar, promovido pela autarquia, com o objetivo de favorecer a melhoria do sucesso educativo dos alunos**, a redução do abandono escolar, a promoção da igualdade no acesso ao ensino e a qualidade e eficiência do sistema de educação. Este projeto foi elaborado em

articulação com o AEP-Agrupamento de Escolas de Portel e as ações nele programadas estão previstas e ajustadas às intervenções previstas no Plano de Ação Estratégico para a área de promoção do sucesso escolar, daquele órgão de ensino;

- **Aprovação** pelo programa de financiamento comunitário Alentejo2020, **da candidatura** do município, através da ERTurismo, denominada “**Alentejo em Cena - Programação Cultural em Rede**”, que prevê a animação do património e dos equipamentos culturais, numa lógica de valorização turística e de aumento do grau de satisfação dos visitantes. A operação materializa-se em intervenções com o propósito de promover ações, iniciativas e projetos que conduzam ao fortalecimento cultural e turístico.
- **Realização em Portel**, no Auditório da Biblioteca Municipal e em colaboração com o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, **de uma sessão de trabalho integrada no processo de participação pública referente à revisão do PROF Alentejo** - Programa Regional de Ordenamento Florestal, e na qual foram apresentados e discutidos vários aspetos relevantes e significativos para o futuro ordenamento do setor florestal de grande importância para a nossa região;
- **Realização em Portel**, no Auditório da Biblioteca Municipal e em colaboração com a Associação Terras Dentro, de uma **sessão de divulgação e esclarecimento sobre o SIZÉ – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego**, o qual visa apoiar projetos de criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas, com criação líquida de emprego, através do financiamento a novos postos de trabalho e a despesas de investimento;
- **Realização em Portel**, no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal e em colaboração com a Associação de Paralisia Cerebral de Évora, de um **Torneio de BOCCIA – Desporto Adaptado**;
- **Apoio**, em colaboração com a ARSA - Administração Regional de Saúde do Alentejo e o Centro de Saúde de Portel, **na estadia** (durante três dias no Hostel de Alqueva) **e no desenvolvimento das atividades** de um grupo de jovens estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, que teve como objetivo possibilitar a estes jovens o conhecimento e a vivência da realidade do nosso concelho **na área da assistência à saúde**, incentivando-os e capacitando-os para um bom desempenho da medicina, como futuros médicos, nos territórios do interior;
- **Apoio na estadia** (durante cinco dias no Pavilhão Municipal) **e no desenvolvimento das atividades** de cerca de trinta alunos do Colégio de São Tomás, de Lisboa, numa missão de **animação e convívio com a comunidade idosa**, utentes dos lares e dos centros de dia do concelho, mas também de conhecimento das vivências e histórias de vida desta faixa etária da população;
- **Decorreu em Portel**, na Biblioteca Municipal, uma **reunião de trabalho de dirigentes nacionais da ACT** - Autoridade para as Condições do Trabalho, que contou com a presença do **Sr. Inspetor Geral, Pedro Braz**;
- **Realizou-se em Portel**, no Auditório Municipal, o “**I Encontro Regional de Técnicos dos GIP’s**”, com a presença do **Vice Presidente do IEFP, Paulo Feliciano**. O município assinou ainda, com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora, um **protocolo no âmbito do Programa Qualifica**, com a intenção de apoiar a qualificação dos trabalhadores.
- Com a presença do **Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes** decorreu em Portel, no Quartel dos Bombeiros Voluntários, a assinatura entre a Câmara Municipal e a ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil, do **protocolo da EIP** - Equipa de Intervenção Permanente, que garante o financiamento dos vencimentos e respetivos encargos sociais dos 5 operacionais bombeiros que integram aquela equipa;
- O Presidente da Câmara Municipal **acompanhou**, em Évora na CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, o **Sr. Primeiro Ministro, Dr. António Costa**, numa iniciativa de lançamento do “Investimento nas Economias Locais para a Coesão Territorial e o Emprego”, através de um novo sistema de incentivos ao emprego e ao empreendedorismo, numa acção em que

- esteve também presente o **Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Eng.º Pedro Marques;**
- O Presidente da Câmara Municipal esteve presente na Universidade de Évora na cerimónia de Doutoramento “Honoris Causa” **da Presidente da República do Chile, Michelle Bachelet,** cerimónia que também contou com a presença **do Sr. Presidente da República Portuguesa, Dr. Marcelo Rebelo de Sousa;**
 - O Presidente da Câmara Municipal esteve presente no ato de **tomada de posse da Diretora do Agrupamento de Escolas, Dra. Paula Figueira,** a qual, após eleição do Conselho Geral, foi reconduzida no cargo por um novo período de 4 anos;
 - O Presidente da Câmara Municipal, participou na **sessão pública de apresentação do Plano de Operações Distritais - Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF-2017),** que decorreu em Évora, com a presença **do Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes;**
 - Com a presença da **Sra. Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, Isabel Oneto** decorreu em Portel a cerimónia militar referente às **“Comemorações do Dia do Comando Territorial da GNR - Guarda Nacional Republicana de Évora”;**
 - O Presidente da Câmara Municipal esteve presente em Évora no **142.º aniversário do Comando Distrital da PSP - Polícia de Segurança Pública,** na Universidade de Évora, nas cerimónias comemorativas **do Dia Da Universidade, no Regimento de Cavalaria 3,** de Estremoz, na celebração dos 310 anos daquela unidade militar e em Vila Viçosa, no **32.º aniversário da Rádio Campanário,** comemoração esta que **contou com a presença de Sua Excelência, o Presidente da República, Dr. Marcelo Rebelo de Sousa;**
 - O Presidente da Autarquia, juntamente com o Presidente da Assembleia Municipal e o Presidente da Junta de Freguesia de Portel, **participou no XXIII Congresso da ANMP-Associação Nacional de Municípios Portugueses,** subordinado ao tema “Descentralizar Portugal”
 - O Município de Portel, **recebeu a visita de vários Alcaldes de Espanha, da região de Lleida,** pertencentes à AMBACE – Associação de Municípios da Província de Badajoz afetados por Centrais de Produção de Energia Hidroelétrica e Barragens, proporcionando-lhes uma visita à Central Hidroelétrica da Barragem de Alqueva e disponibilizando a sala de sessões da autarquia, para nela realizarem a Assembleia Geral da referida associação;
 - O Presidente da Câmara Municipal esteve presente em Vera Cruz, a convite da Junta de Freguesia, **na cerimónia de homenagem póstuma ao soldado clarim, Joaquim José Capela de Cristo,** falecido em combate, em Angola, durante a Guerra do Ultramar;
 - O Município de Portel, através do seu Presidente, participou na **Gala do Futebol Distrital, organizada pela Associação de Futebol de Évora** e na qual foi distinguido o Grupo Desportivo de Portel, o seu treinador e atletas, pela suas prestações na época desportiva 2016/2017;
 - **O Município de Portel assinou com a EDP – Distribuição um protocolo** que prevê o início da substituição progressiva das lâmpadas de iluminação pública tradicional pelas luminárias da **nova tecnologia “LED”,** com grandes vantagens ambientais, energéticas e económicas;
 - **Foi inaugurado o Centro de Interpretação da Natureza e do Montado na Ermida de São Pedro,** em Portel, após significativas e profundas obras de requalificação, preservação e beneficiação da ermida e do seu espaço envolvente. Este espaço, bastante querido e de grande significado estimativo para as gentes do concelho de Portel, surgiu agora completamente recuperado e dotado de auditório, salas de trabalho, bar, salas de convívio, e alojamento.
 - **Foram inauguradas,** com a presença do **Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins,** as obras de construção **das ETAR’s de Alqueva e de Amieira,** bem como a **ampliação/reabilitação da ETAR de Portel;**

- Foi lançado o concurso público, promovido pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA, para a empreitada de conceção-construção das **ETAR's de Monte do Trigo, Santana, São Bartolomeu do Outeiro e Vera Cruz**, e cujos processos estão já em fase de adjudicação. Com estes investimentos ficará finalmente garantido o tratamento dos efluentes no nosso concelho.
- **Realizou-se** no Salão Nobre do Município, e após o resultado oficial das eleições autárquicas de outubro/2017, a sessão pública de **Instalação e tomada de posse dos novos eleitos** para a Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Portel;
- O concelho de Portel contou com a **presença do Sr. Secretário de Estado das Florestas, Miguel Freitas, na inauguração da Feira do Montado**;
- **Manutenção do diálogo aberto com os trabalhadores da autarquia** e os seu representantes sindicais com vista a melhorar as suas condições de trabalho. De destacar que em cerimónia pública foi **assinado entre o Município de Portel e o STAL** – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local o **novo ACEP - Acordo Colectivo de Empregador Público** que regula coletivamente as relações de trabalho, dentro dos limites fixados na lei e que vem salvaguardar os direitos dos trabalhadores, permitindo uma maior conciliação da vida pessoal e familiar com a vida profissional, e no qual foi previsto mais três dias de férias em razão de uma avaliação de desempenho positiva;
- O Município de Portel foi **distinguido** a nível nacional, pelo IEFP, como **“Marca Entidade Empregadora Inclusiva - Empregador de Excelência 2017”**, por promover um "mercado de trabalho inclusivo" relativamente às pessoas com deficiência e incapacidade (recrutamento, desenvolvimento e progressão dos trabalhadores, acessibilidades e qualidade de serviço e relação com a comunidade);
- Foi aberto novo procedimento de concurso público para a empreitada de **recuperação e ampliação da Piscina Municipal Descoberta**, uma vez que, no anterior concurso, não houve lugar a adjudicação, pois a empresa adjudicatária não prestou a caução que lhe era exigida em termos legais. Esta obra inclui a construção definitiva de balneários e a construção de uma piscina de ondas;
- O Município participou em **diversas reuniões e fóruns** onde foram debatidos, discutidos e questionados as diferentes áreas relacionadas com as autarquias locais e os vários domínios passíveis de intervenção e financiamento no novo quadro comunitário “Portugal2020” e “Alentejo – 2020” e “Interreg V – A 2014 – 2020”, e principalmente com as entidades CIMAC, ATLA, AMCAL, ANMP, ERTurismo, IEFP, ARS, CCDR-A, EDIA, EDP, ANPC, ICNF, entre outros.

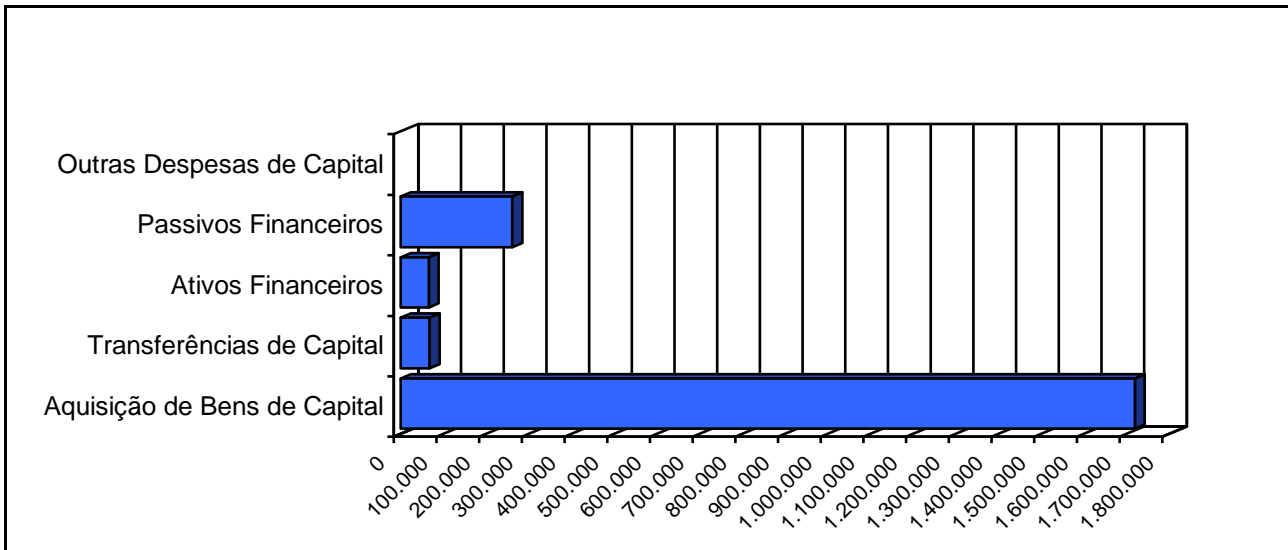
3.5 Despesas de Capital

As despesas de capital da autarquia constituem em geral os investimentos do município e surgem detalhadas em diversos itens económicos que podemos analisar a partir do quadro seguinte:

Quadro 9 - ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL

(em € - Euros)

DESPESAS DE CAPITAL	2015		2016		VARIAÇÃO	2017		VARIAÇÃO
	VALOR	%	VALOR	%	16/15 %	VALOR	%	17/16 %
Aquisição de Bens de Capital	1.166.909,05	76,5%	1.312.625,66	79,0%	12,5%	1.718.330,59	81,3%	30,9%
Transferências de Capital	37.934,56	2,5%	19.194,66	1,2%	-49,4%	67.500,00	3,2%	251,7%
Activos Financeiros	65.652,00	4,3%	65.652,00	3,9%	0,0%	65.652,00	3,1%	0,0%
Passivos Financeiros	255.071,95	16,7%	258.364,14	15,6%	1,3%	260.948,83	12,4%	1,0%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,0%	4.380,11	0,3%	-	0,00	0,0%	-100,0%
TOTAL	1.525.567,56	100,0%	1.660.216,57	100,0%	8,8%	2.112.431,42	100,0%	27,2%



Como já afirmámos, neste grupo de despesas é determinante o papel da aquisição de bens de capital (Investimento) o qual representa, no ano em curso, cerca de 81,3% do montante das despesas de capital, verificando-se um aumento bastante considerável em relação ao ano anterior de (+) 30,9%, aprox. (+) 405 mil euros.

A componente ativos financeiros representa a comparticipação do município no FAM - Fundo da Apoio Municipal e que equivale a 3,1% da totalidade das despesas de capital. Este montante, na sequência da Lei de Orçamento de Estado de 2018, vai ter uma redução progressiva das contribuições da autarquia de 25%, 50%, 75% e 100% para os anos 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente.

As transferências de capital, incluem os valores transferidos para as associações e instituições sem fins lucrativos considerados como financiamento de bens de capital/investimento, nomeadamente o apoio aos Bombeiros Voluntários de Portel em equipamentos e apoios pontuais a coletividades e instituições sociais, considerados como investimentos. Estas despesas representam 3,2% da totalidade das despesas de capital e tiveram um acréscimo de aprox. (+) 48 mil euros em relação ao ano anterior. O valor destas transferências em cada ano é função dos projetos concretos das entidades.

Os montantes pagos na rubrica passivos financeiros (amortizações de empréstimos a médio e longo prazo, e que serão analisados de forma mais detalhada no ponto 5. deste relatório) tiveram uma variação positiva, em relação ao ano anterior, de aprox. (+) 2 mil euros.

3.5.1 Estrutura dos bens de capital

Para análise detalhada das despesas incluídas na rubrica aquisição de bens de capital apresenta-se a sua subdivisão no quadro seguinte:

Quadro 10 - ESTRUTURA DA AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

(em € - Euros)

AQUIS.BENS DE CAPITAL	2015		2016		VARIACÃO 16/15 %	2017		VARIACÃO 17/16 %
	VALOR	%	VALOR	%		VALOR	%	
Terrenos	18.250,00	1,6%	2.204,80	0,2%	-87,9%	0,00	0,0%	-100,0%
Habitacões	15.000,00	1,3%	0,00	0,0%	-100,0%	0,00	0,0%	-
Edifícios	413.454,27	35,4%	291.362,08	22,2%	-29,5%	149.296,26	8,7%	-48,8%
Construções Diversas	548.729,89	47,0%	645.559,42	49,2%	17,6%	1.369.878,00	79,7%	112,2%
Material de Transporte	32.965,29	2,8%	191.356,28	14,5%	480,5%	0,00	0,0%	-100,0%
Maquinaria e Equipamento	129.653,30	11,1%	124.431,31	9,5%	-4,0%	140.280,91	8,2%	12,7%
Outros Investimentos	8.856,30	0,8%	15.500,00	1,2%	75,0%	2.427,40	0,1%	-84,3%
Locação Financeira	0,00	-	42.211,77	3,2%	-	56.448,02	3,3%	33,7%
TOTAL	1.166.909,05	100,0%	1.312.625,66	100,0%	12,5%	1.718.330,59	100,0%	30,9%

Na componente “**Edifícios**”, que representa 8,7% do total do investimento autárquico, são de salientar as remodelações e beneficiações em edifícios autárquicos, nomeadamente, e entre outras:

- **Continuidade nas intervenções de reabilitação das instalações edificadas do estaleiro municipal do Rossio** na zona industrial de Portel (edifícios, armazéns, balneários, lavandaria, instalações sanitárias e espaço exterior envolvente), incluindo-se ainda a **ampliação e reabilitação do canil municipal** (arranjos de construção civil, construção de celas de isolamento e equipamento diverso) com vista a dotar aquele espaço de condições mais condignas ao uso a que se destinam;
- Diversas obras de **reparação e manutenção em todos os edifícios escolares do concelho**, que incluiu a **reparação do muro da EB1** de Santana;
- **Obras de remodelação total das instalações sanitárias públicas** existentes junto à igreja da Vera Cruz, que incluiu ainda a **reabilitação do edifício do antigo museu** e os **arranjos exteriores e mobiliário urbano** do espaço adjacente;
- **Beneficiações nos elementos estruturais em madeira do mercado municipal**;
- **Obras conservação e manutenção** nos vários edifícios da autarquia e **pequenas reparações** em edifícios de coletividades;

Quanto às “**Construções Diversas**”, que correspondem a 79,7% da totalidade da despesa em bens de capital e que neste ano verificaram um acréscimo de (+) 112,2%, aprox. (+) 724 mil euros em relação ao ano anterior, é de realçar, entre outras:

- As obras de **requalificação total dos pavimentos, com calçada a cubo**, e da rede de águas, na **Rua Dr. José Hipólito**, na **Rua Dr. António Tibério**, na **Travessa do Moinho**, na **Rua Dr. Teófilo Braga**, na respetiva **travessa paralela de acesso às garagens** e no **prolongamento da Rua da Alma Alentejana**, em Portel;
- Colocação de **infraestruturas para a iluminação pública “LED’s”** e **arranjo/calçetamento dos passeios**, na Rua da Vidigueira, em Portel, desde o muro dos Bombeiros até ao edifício do Tribunal, de forma a melhorar a visibilidade noturna e a circulação pedonal naquele local;
- Início da **construção de área de serviço de caravanas**, junto ao quartel dos bombeiros em Portel, e **reabilitação** do respetivo **espaço exterior** envolvente, a fim de dotar o local com as condições básicas e necessárias à manutenção de viaturas desta categoria e de lazer dos utentes;
- **Aplicação da camada de desgaste em asfalto no Loteamento da Horta da Cruz** (Rua Dr. António Galhordas e arruamentos adjacentes) e **requalificação, com aglomerado asfáltico, nos arruamentos do Loteamento do Rossio**, em Portel;

- A conclusão da obra de **Requalificação Urbana da Rua de Évora e da Rua do Cemitério**, em Monte do Trigo, melhorando a circulação pedonal, valorizando e dando nova e grande dignidade àquela via principal da freguesia bem como a **pavimentação em calçada a cubo da Travessa do Roncanito**;
- **Grande obra de requalificação da estrada de acesso ao loteamento de Monte do Trigo**, a partir do Campo de Jogos D. Manuel II, com **alargamento da via, pavimentação asfáltica, construção de passeios e iluminação pública**;
- **Grande obra de requalificação no Largo do Rossio de Vera Cruz**, que levou a uma profunda remodelação daquele espaço central da freguesia, melhorando os acessos e as zonas de estar e lazer, renovando ainda os equipamentos, nomeadamente a iluminação e o abrigo para a paragem de autocarros;
- **Renovação e substituição dos pavimentos, por calçada a cubo, na Rua da Boavista**, em Vera Cruz;
- Conclusão da profunda **obra de intervenção nos pavimentos e passeios da Rua Larga e na reabilitação e requalificação integral do Largo da Praça Pública**, em Oriola, com a instalação de novo mobiliário urbano e melhoria da iluminação, dando uma nova dignidade a este arruamento e espaço público de lazer;
- **Início das obras de ajardinamento do espaço em frente à nova igreja de Oriola**, o qual se destina a ser uma nova área de utilização pública da freguesia **estando o quiosque, já em fase adiantada de execução**;
- As intervenções de conservação e **reposição de pavimentos e calçadas** bem como **de melhoria de iluminação pública, um pouco por todo o concelho**;
- **Obras de calcetamento a cubo no arruamento** de acesso às garagens e logradouros das habitações **no loteamento da Horta da Nora**, em Amieira;
- **Obra de aplicação do novo relvado sintético** do Estádio Municipal D. Nuno Álvares Pereira, em Portel;
- **Colocação de novo relvado sintético, no polidesportivo descoberto do Grupo Desportivo de Monte do Trigo**, o qual proveio do reaproveitamento do antigo piso sintético de Portel, sendo também o **relvado do Campo de Jogos D. Manuel II, sujeito a uma profunda ação de manutenção**;
- **Reabilitação e ajardinamento do espaço verde e de lazer junto ao Loteamento de Santana**, com a instalação de mobiliário urbano, de equipamentos de ginástica e fitness ao ar livre e melhoria da iluminação pública;
- **Requalificação e substituição de pavimentos por calçada de cubos, na Rua da Esperança, na Travessa da Capitã, e na Rua da Varjeca**, em Santana;
- **Renovação dos pavimentos com calçada a cubo na Rua da Moita Redonda e na Rua do Poço**, em S. B. do Outeiro;
- **Requalificação e reabilitação do Largo das Campainhas**, pavimento e muros envolventes e a **repavimentação, em calçada a cubo, da Rua Custódio da Silva Tendeiro**, em Oriola;
- **Requalificação e reabilitação do Jardim do Quiosque do Rossio**, em Portel, com **arranjos exteriores** (eliminação da barda existente, novo relvado e passeios), **renovação da iluminação pública** ("LED's) e **construção de base (piso) onde será implementado um de novo parque infantil**;
- **Colocação novos bancos no jardim do Parque Dr. França**, em Portel, para melhorar e reforçar este tipo de equipamento de descanso e lazer;
- **Obras de reabilitação do Polidesportivo Descoberto de Vera Cruz** que envolveram a substituição dos painéis das vedações, a beneficiação da iluminação e pintura geral, de forma a proporcionar as melhores condições de utilização para a prática desportiva;

- **Colocação de diversos equipamentos de ginástica e fitness ao ar livre** nas freguesias do concelho que não dispunham deste tipo de recurso, nomeadamente **em Alqueva** (Jardim do Centro de Convívio), **em Amieira** (Jardim da Horta da Nora), **S.B. do Outeiro** (Jardim da Herdade da Amoreira) e **Monte do Trigo** (Jardim do Loteamento Habitacional), com o objetivo de proporcionar à população de todas as idades uma atividade desportiva de manutenção da condição física, em prol de uma vida cada vez mais saudável;
- **Construção de novo Parque Infantil** no espaço de recreio da **EB1/Jardim de Infância** de Santana;
- **Reabilitação de diversos parques infantis** do concelho, da responsabilidade da autarquia, que incluiu a **substituição integral dos pavimentos existentes em areia para pisos tipo “borracha”** e também de alguns equipamentos infantis que estavam em deficiente estado de conservação, nomeadamente **em Alqueva, Vera Cruz** e no jardim do Loteamento **em Monte do Trigo**, que possibilitou às nossas crianças uma melhor e mais confortável utilização deste tipo de equipamento;
- **As obras de remodelação e ampliação da Sede da Associação de Caçadores e Pescadores de S. B. Outeiro**, com **aquisição de algum equipamento e mobiliário**, sendo esta inaugurada e colocada à disposição dos seus sócios;
- **Foi inaugurada e entregue aos sócios, o edifício da sede Caçadores de São Romão**, em Amieira, tendo sido assim finalizado o investimento **com a aquisição de novos equipamentos e mobiliário por parte da autarquia**;
- **Pagamento da parte restante do projeto de beneficiação, remodelação e ampliação das Piscinas Descobertas Municipais de Portel**;
- **Pagamento da parte restante do projeto de execução das obras de reabilitação urbana dos acessos ao castelo** e espaços públicos envolventes (que inclui o Largo Miguel Bombarda);
- **Diversas obras de ampliação e remodelação e beneficiação da rede de águas em todas as freguesias** do concelho;
- **Obras de ampliação do novo cemitério de S.B. do Outeiro**, bem como as obras **obras de alargamento da via de acesso** ao antigo cemitério desta freguesia, com a conseqüente **construção de um novo muro de contenção de terras**;
- **As obras no espaço exterior e complementares à ampliação do cemitério de Portel**, nomeadamente reencaminhamento das águas pluviais, **alargamento e pavimentação asfáltica da via de acesso** e da **zona de estacionamento, criação de passeios e iluminação pública**;

A componente **“Material de Transporte”**, não inclui, este ano de 2017, qualquer despesa de aquisição.

A rubrica **“Maquinaria e Equipamento”**, que representa 8,2% da estrutura dos bens de capital e na qual se verifica um acréscimo de aprox. (+)16 mil euros em relação ao ano anterior, inclui:

- **Equipamentos de ar condicionado instalados em diversos edifícios municipais**;
- **Diverso equipamento e mobiliário para o Centro de Interpretação da Natureza e do Montado - S. Pedro**;
- **Equipamentos de ginástica e fitness ao ar livre e equipamentos de parque infantil**;
- **Mobiliário Urbano** diverso, aplicados por todas as freguesias do concelho em obras de reabilitação urbana;
- **Ecran “LED” e novo “Servidor” para projeção cinematográfica**, instalados no Auditório Municipal;
- **Equipamento e mobiliário diverso** para as Associações de Caçadores de Amieira, Santana e São Bartolomeu do Outeiro;
- **Diversos equipamentos e ferramentas** de apoio à atividade municipal na área da construção civil (“saltitão” para obras de pavimentação em calçada,...), do abastecimento de águas (prensa para canalizadores, contadores,...), dos serviços de eletricidade, da recolha de resíduos, higiene urbana e

jardinagem (contentores metálicos e de polietileno, motosserras, sopradores, cacifos,...), do audiovisual (mesa de som, colunas, microfones, servidor, monitores/TV,...) das atividades culturais, recreativas e desportivas (balizas de futebol de 11, de futebol salão, mini-balizas escolares, redes desportivas de proteção, insufláveis para crianças, cadeiras de eventos, barreiras de segurança,...), entre outros;

- Diversos **equipamentos** (computadores, “switch”,...) e **software informático** (programas de computadores,...), bem como vários **equipamentos administrativos** (estantes de arquivo, mobiliário diverso,...), entre outros.

Na “**Locação financeira**” e “**Outros Investimentos**”, que representa este ano 3,4% das despesas de capital da autarquia e na qual se verifica um valor sensivelmente igual ao do ano anterior, estão englobadas as despesas com:

- A locação financeira referente ao **autocarro de passageiros**, de marca/chassis “SCANIA” **com capacidade de 55 lugares**, e a correspondente ao **autocarro de passageiros**, de marca “IVECO”, **com capacidade de 32 lugares**;
- **O Plano Editorial - Aquisição de novos livros** para a Biblioteca Municipal.

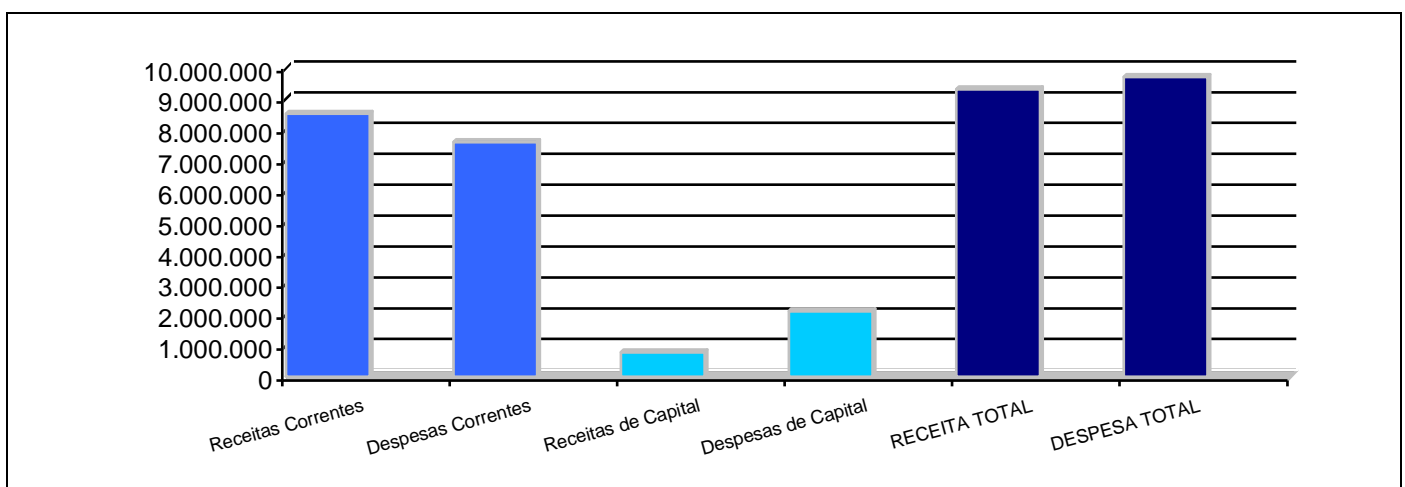
4. Equilíbrio Orçamental - Relação entre Receitas e Despesas

Esta análise tenta demonstrar o nível de equilíbrio entre as receitas e as despesas do município, isto é a capacidade das receitas cobrirem as despesas, e vem detalhada no seguinte quadro:

Quadro 11 - RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

(em € - Euros)

DESIGNAÇÃO	2015			2016			2017		
	VALOR	Nível de Cobertura da Despesa	Saldo Orçamental	VALOR	Nível de Cobertura da Despesa	Saldo Orçamental	VALOR	Nível de Cobertura da Despesa	Saldo Orçamental
Receitas Correntes	7.867.445,84	108,9%	642.993,96	7.979.276,65	110,1%	728.950,84	8.519.251,77	112,1%	920.926,97
Despesas Correntes	7.224.451,88			7.250.325,81			7.598.324,80		
Receitas de Capital	920.198,14	60,3%	-605.369,42	1.475.307,77	88,9%	-184.908,80	795.026,14	37,6%	-1.317.405,28
Despesas de Capital	1.525.567,56			1.660.216,57			2.112.431,42		
RECEITA TOTAL	8.787.643,98	100,4%	37.624,54	9.454.584,42	106,1%	544.042,04	9.314.277,91	95,9%	-396.478,31
DESPEZA TOTAL	8.750.019,44			8.910.542,38			9.710.756,22		



No ano em curso as receitas correntes são superiores às despesas correntes assinalando um ligeiro desequilíbrio, (+) 12,1%, e que se reflete num saldo orçamental corrente positivo. Ao contrário, no grupo das receitas e despesas de capital as receitas apresentam um valor inferior em relação às despesas, (-) 62,4%, e que se reflete num saldo orçamental de capital negativo de aprox. (-) 1 milhão e 317 mil euros.

No global as receitas totais são inferiores às despesas totais, implicando um saldo orçamental negativo de aprox: (-) 396 mil euros, o que se refletiu na utilização do saldo da gerência anterior que temos acumulado ao longo dos anos. Esta situação, devidamente controlada e em que se utilizou receita corrente em despesa de capital (investimento), continua a demonstrar um verdadeiro equilíbrio durante a execução do orçamento e na assunção de compromissos.

Assim, prevê-se que a longo prazo, continuando com esta política de um controlo efetivo da despesa versus receita, complementada com a disponibilidade dos saldos orçamentais que transitam do exercício económico anterior, está garantida a estabilidade financeira da autarquia possibilitando a continuidade do investimento direcionado para as necessidades e aspirações das populações, no que se refere ao desenvolvimento económico, à melhoria da qualidade de vida e à organização e gestão dos serviços municipais.

Com a nova lei das finanças locais, a partir de janeiro de 2014, foi definida uma nova regra para análise do cumprimento do equilíbrio orçamental, nomeadamente, que “a receita corrente bruta cobrada seja maior ou igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. Esses cálculos e respetiva análise são evidenciados no quadro seguinte:

Quadro 12 - EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

(em € - Euros)

DESIGNAÇÃO		2015	2016	2017
		VALOR	VALOR	VALOR
1.	Receita Corrente bruta cobrada	7.867.445,84	7.979.276,65	8.519.251,77
2.	Despesa Corrente	7.224.451,88	7.250.325,81	7.598.324,80
3.	Amortização média de emp. M/L.Prazo	267.595,66	267.595,66	267.595,66
4. = 2. (+) 3.	TOTAL	7.492.047,54	7.517.921,47	7.865.920,46
5. = 1. (-) 4.	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	375.398,30	461.355,18	653.331,31
6.	Receita Corrente líquida	7.867.424,34	7.979.212,55	8.519.200,95
7. = 6. (x) 5%	5% do valor da receita corrente totais	393.371,22	398.960,63	425.960,05
8. = 5. (+) 7.	Equilíbrio Orçamental	768.769,52	860.315,81	1.079.291,36
		CUMPRIMENTO	CUMPRIMENTO	CUMPRIMENTO

Face aos valores apurados concluímos que se verifica e se cumpre as regras de equilíbrio orçamental com uma melhoria considerável quando comparados com os valores do ano anterior.

5. Evolução do endividamento, do serviço da dívida e da dívida a fornecedores

A análise da situação e evolução de endividamento do município (empréstimos de médio e longo prazo e contratos de locação financeira) bem como do serviço geral desta dívida (amortizações e juros anuais) e da dívida a fornecedores (bens e serviços adquiridos e ainda não pagos) são bastante importantes pois demonstram o nível de comprometimento financeiro da autarquia a ter em conta no próximo ano e nos anos futuros.

5.1 Dívida de Empréstimos

A evolução da dívida do município em empréstimos de M./L.Prazo durante os últimos três anos é exposta no seguinte quadro:

Quadro 13 - EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO de 2015 / 2017

(em € - Euros)

FINALIDADE DO EMPRÉSTIMO	CAPITAL		VARIAÇÃO		CAPITAL		VARIAÇÃO	
	EM DÍVIDA	EM DÍVIDA	16/15		EM DÍVIDA	17/16		
	31-12-2015	31-12-2016	VALOR	%	31-12-2017	VALOR	%	
Danos Intempéries - (1998/2018)	109.085,62	69.418,12	-39.667,50	-36,4%	29.750,62	-39.667,50	-57,1%	
Projetos de Investimento - (2002/2022)	688.531,47	592.377,88	-96.153,59	-14,0%	495.023,30	-97.354,58	-16,4%	
Escola do Ensino Básico Portel - (2005/2025)	428.212,07	387.496,72	-40.715,35	-9,5%	346.707,60	-40.789,12	-10,5%	
Biblioteca, EM 538 e Req. Urb. de Alqueva - (2007/2027)	685.416,51	627.083,19	-58.333,32	-8,5%	568.749,87	-58.333,32	-9,3%	
Capela e Casa Mortuária de Oriola - (2012/2027)	405.763,29	382.268,91	-23.494,38	-5,8%	357.464,60	-24.804,31	-6,5%	
TOTAL	2.317.008,96	2.058.644,82	-258.364,14	-11,2%	1.797.695,99	-260.948,83	-12,7%	

A dívida de médio e longo prazo com empréstimos obtidos diminuiu (-) 12,7%. Uma parte significativa da dívida compreende o financiamento dos “Projetos de Investimento – 2002” e da “Biblioteca, EM 538 – Portel/Amieira e Requalificação Urbana de Alqueva”. O montante da dívida amortizada foi sensivelmente idêntica ao valor pago no ano transato e o empréstimo “Projetos de Investimento 2002” continua a apresentar a maior parcela de amortização (aprox. 97 mil euros).

O montante em dívida não condiciona o município de realizar os projetos previstos nas Grandes Opções do Plano dos anos seguintes, tendo a possibilidade de terminar intervenções estruturantes e iniciar outras nos diversos setores e em conformidade com as competências legais da autarquia.

5.2 Dívida de Locação Financeira

Com início no ano de 2016 de dois contratos de locação financeira, apresentamos no quadro abaixo o detalhe da respetiva dívida de bens em leasing em 2017:

Quadro 14 - LOCAÇÃO FINANCEIRA – 2017

(em € - Euros)

BENS EM LOCAÇÃO FINANCEIRA	VALOR	JUROS	AMORTIZ.	CAPITAL	JUROS	AMORTIZ.	CAPITAL
	CONTRATO			EM DÍVIDA			EM DÍVIDA
	2016	2016	2016	31-12-2016	2017	2017	31-12-2017
Autocarro 55 lugares "SCANIA" 23-QQ-62 - (2016/2022)	225.213,00	3.104,09	35.821,62	189.391,38	2.983,53	35.777,97	153.613,41
Autocarro 32 lugares "IVECO" 18-RB-18 - (2016/2022)	127.802,73	0,00	6.390,15	121.412,58	2.296,52	20.670,05	100.742,53
TOTAL	353.015,73	3.104,09	42.211,77	310.803,96	5.280,05	56.448,02	254.355,94

Como já referimos anteriormente o objeto destes contratos de leasing são os dois autocarros adquiridos pela autarquia, os quais vieram a melhorar os serviços e a segurança dos nossos munícipes. O valor global dos contratos iniciais foi de aprox. 353 mil euros, tendo sido este ano amortizados aprox. 56 mil euros, envolvendo um pagamento total de juros de aprox. 5 mil euros. Estes contratos vão perdurar até ao ano de 2022 e o valor atual em dívida é de cerca de 254 mil euros.

5.3 Serviço da Dívida Geral

O serviço da dívida geral da autarquia engloba o seu esforço financeiro anual em juros e amortizações de empréstimos e de contratos de locação financeira:

Quadro 15 - EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

(em € - Euros)

FINALIDADE DO EMPRÉSTIMO E BENS EM LOCAÇÃO FINANCEIRA	ANO DE 2015		ANO DE 2016		ANO DE 2017	
	DESPEZA	DESPEZA	DESPEZA	DESPEZA	DESPEZA	DESPEZA
	CORRENTE	DE CAPITAL	CORRENTE	DE CAPITAL	CORRENTE	DE CAPITAL
	(JUROS)	(AMORTIZ.)	(JUROS)	(AMORTIZ.)	(JUROS)	(AMORTIZ.)
Danos Intempéries – (1998/2018)	-	39.667,50	-	39.667,50	-	39.667,50
Projetos de Investimento - (2002/2022)	7.647,82	94.478,95	5.024,86	96.153,59	3.188,11	97.354,58
Escola do Ensino Básico Portel - (2005/2025)	1.026,42	40.263,27	147,73	40.715,35	-	40.789,12
Biblioteca, EM 538 e Req. Urb. de Alqueva - (2007/2027)	4.619,10	58.333,32	2.807,09	58.333,32	1.687,12	58.333,32
Capela e Casa Mortuária de Oriola - (2012/2027)	23.466,17	22.328,91	22.170,06	23.494,38	20.860,13	24.804,31
Autocarro 55 lugares "SCANIA" 23-QQ-62 - (2016/2022)	-	-	3.104,09	35.821,62	2.983,53	35.777,97
Autocarro 32 lugares "IVECO" 18-RB-18 - (2016/2022)	-	-	0,00	6.390,15	2.296,52	20.670,05
TOTAIS	36.759,51	255.071,95	33.253,83	300.575,91	31.015,41	317.396,85
TOTAL GERAL (juros + amortização)		291.831,46		333.829,74		348.412,26

Varição Absoluta	16/15	41.998,28	17/16	14.582,52
Varição Relativa	16/15	14,4%	17/16	4,4%

O montante do capital amortizado, em virtude da inclusão dos bens em leasing, apresenta uma oscilação positiva em relação ao ano anterior demonstrando o integral cumprimento do plano de amortização de empréstimos e de locação financeira da autarquia, sem comprometer a sua situação financeira para anos futuros.

De salientar que as dívidas de empréstimos foram consequência do programa de investimento proposto e assumido pelo executivo durante os últimos mandatos, com o objetivo de dotar o concelho de um conjunto de infra-estruturas essenciais ao seu desenvolvimento económico e social, o qual mereceu a aprovação e aceitação plena dos órgãos da autarquia.

O empréstimo - "Danos Intempéries-1997", contratado em 1998, é amortizável em 20 anos e dispõe de juros bonificados até uma taxa de 6 pontos percentuais, e não constituiu até à presente data qualquer encargo financeiro para a autarquia.

O valor do serviço da dívida (juros e amortizações) apresenta um acréscimo de (+) 4,4%, aprox. (+) 14 mil euros em relação ao ano anterior, em resultado da inclusão nesta análise dos bens em locação financeira. Contudo, e apesar disso, o valor total de juros pagos este ano é inferior em cerca de (-) 2 mil e 200 euros.

Na apresentação dos seguintes indicadores demonstra-se que continua a não estar comprometida a capacidade financeira do município para o futuro:

Quadro 16 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO SERVIÇO DA DÍVIDA

INDICADORES	ANO DE 2015		ANO DE 2016		ANO DE 2017	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
JUROS / DESPESAS CORRENTES	36.759,51	0,5%	33.253,83	0,5%	31.015,41	0,4%
	7.224.451,88		7.250.325,81		7.598.324,80	
AMORTIZAÇÃO / DESPESAS DE CAPITAL	255.071,95	16,7%	300.575,91	18,1%	317.396,85	15,0%
	1.525.567,56		1.660.216,57		2.112.431,42	
(JUROS+AMORTIZAÇÃO) / DESPESAS TOTAIS	291.831,46	3,3%	333.829,74	3,7%	348.412,26	3,6%
	8.750.019,44		8.910.542,38		9.710.756,22	

Os juros da dívida pagos representam em 2017 unicamente, 0,4% da despesa corrente. O montante das amortizações, pelas razões já apontadas, teve um acréscimo durante este ano e atualmente estabilizou ao nível de 15,0% da despesa de capital. O serviço da dívida atinge somente 3,6% da despesa total do município. É de notar que o prazo médio de liquidação total destes empréstimos/leasings é de 8 anos.

5.4 Dívida a fornecedores de curto prazo

Um dos indicadores importantes e que refletem a situação financeira do município e o seu grau de endividamento é também o valor da dívida a fornecedores de curto prazo e o tempo médio que a autarquia demora a pagar os seus compromissos. Assim apresentamos os seguintes indicadores:

Quadro 17 - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS E COBERTURA DA DÍVIDA

INDICADORES	2016		2017	
	CÁLCULO	PMP	CÁLCULO	PMP
DÍVIDA A FORNECEDORES CP / AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	4.226,84	X 365 = 1 dia	3.720,26	X 365 = 1 dia
	3.861.165,76		4.623.668,69	
DÍVIDA A FORNECEDORES CP / RECEITAS TOTAIS ANO ANTERIOR	4.226,84	0,1%	3.720,26	0,1%
	8.787.643,98		9.454.584,42	

O prazo médio de pagamentos a fornecedores é atualmente de 1 (um) dia e a dívida a fornecedores de curto prazo representa unicamente 0,1% das receitas totais do município no ano anterior. É de notar a continuidade do excelente nível destes indicadores, pelo que se confirma assim a excelente situação financeira da autarquia (sem desequilíbrios financeiros estruturais ou roturas financeiras) não comprometendo a atividade económica e financeira do município durante os próximos anos.

CAPÍTULO II – ANÁLISE PATRIMONIAL

Esta análise debruça-se sobre os elementos contabilísticos do património do município nomeadamente o balanço, a demonstração de resultados e os respetivos anexos.

1. Análise do Balanço

1.1. Estrutura e evolução do Ativo Líquido

QUADRO 18 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO BALANÇO

(em € - Euros)

COMPONENTES DO ATIVO	2017		2016		VARIACÃO 2016/2015
	ATIVO LÍQUIDO	%	ATIVO LÍQUIDO	%	
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:	13.874.416,64	34,3%	15.176.925,80	36,5%	-8,6%
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
IMOBILIZACOES CORPÓREAS	19.023.958,80	47,0%	19.772.970,16	47,5%	-3,8%
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	526.858,39	1,3%	529.438,80	1,3%	-0,5%
IMOBILIZADO EM CURSO	2.249.476,39	5,6%	903.555,46	2,2%	149,0%
TOTAL IMOBILIZADO	35.674.710,22	88,2%	36.382.890,22	87,5%	-1,9%
EXISTÊNCIAS	344.121,45	0,9%	352.259,40	0,8%	-2,3%
DÍVIDAS DE TERCEIROS - M.L.P.	9.108,93	0,0%	9.108,93	0,0%	0,0%
DÍVIDAS DE TERCEIROS - C.P.	304.775,91	0,8%	270.447,23	0,6%	12,7%
DEPÓSITOS INST. FIN. E CAIXA	4.057.374,61	9,9%	4.429.746,23	10,6%	-8,4%
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	55.214,95	0,1%	162.932,40	0,4%	-66,1%
CUSTOS DIFERIDOS	22.491,94	0,1%	19.622,17	0,1%	14,6%
TOTAL DO ATIVO	40.467.798,01	100,0%	41.627.006,58	100,0%	-2,8%

O “**Imobilizado Líquido**” representa em 2017 cerca de 88,2% do ativo total do município tendo diminuído em relação ao ano anterior cerca de (-) 708 mil euros. Embora tenham existido, como já verificámos na análise orçamental, um volume considerável de investimento em imobilizado (aquisição de bens de capital) este foi absorvido pela depreciação anual puramente contabilística (amortizações).

As “**Imobilizações Corpóreas (líquidas)**” verificaram um decréscimo de (-) 3,8%, cerca de (-) 749 mil euros, uma vez que o volume de imobilizado adquirido diretamente nesta componente foi diminuído pelo valor da amortização anual. Fazemos notar contudo que o imobilizado em curso aumentou cerca de (+) 1 milhão e 346 mil euros, representando atualmente 5,6% do imobilizado total e engloba todo o investimento deste ano e que não foi totalmente concluído fisicamente.

O “**Imobilizado Incorpóreo**” encontra-se totalmente amortizado e os “**Investimentos Financeiros**” demonstram alguma expressão no ativo e no imobilizado da autarquia (cerca de 1,3% do ativo total) uma vez que, por imposição contabilística, está incluído nesta rubrica o valor da comparticipação total do Município de Portel no FAM - Fundo de Apoio Municipal, a pagar ainda durante os próximos 3 anos, e cujo valor global, após a redução progressiva prevista na LOE 2018 vai atingir o montante de aproximadamente 295 mil euros.

As “**Existências**” tiveram um decréscimo de (-) 2,3% em resultado da necessidade de utilização, durante este ano e para execução de obras e investimentos, de bens e matérias-primas que estavam em armazém.

As “**Dívidas de Terceiros de MLP**” referem-se ao empréstimo concedido pela autarquia no âmbito do FAME e não têm expressão significativa no balanço. As “**Dívidas de Terceiros CP**” sofreram um acréscimo de cerca de (+) 34 mil euros e reflete essencialmente os montantes referentes aos pedidos de pagamento sobre despesa já realizada em projetos financiados pelos fundos comunitários e sobre os quais a autarquia aguarda ainda a comparticipação por parte do FEDER. A dívida de curto prazo resultante de clientes não tem significado uma vez que se encontra totalmente provisionada de acordo com os normativos legais.

Os “**Depósitos em Instituições Financeiras**” (disponibilidades imediatas) são bastante significativas, representam cerca de 9,9% do ativo líquido e demonstram a boa situação de tesouraria do município.

A rubrica “**Acréscimo de Proveitos**” reflete contabilisticamente proveitos de 2017 (juros de depósitos a prazo, receita de água, IUC, IMI, IMT e Derrama) mas que só vão ser recebidos (receita efetiva) no ano de 2018. A componente de “**Custos Diferidos**” representa despesa realizada e paga em 2017 (seguros, rendas e juros de locação financeira) mas que contabilisticamente só deve ser considerada como custo no exercício económico de 2018.

O “**Ativo líquido**” diminuiu sensivelmente em relação ao ano anterior em cerca de (-) 2,8%, aprox. (-) 1 milhão e 159 mil euros.

1.2. Estrutura e evolução dos Fundos Próprios e do Passivo

No quadro seguinte apresenta-se o valor global dos Fundos Próprios e do Passivo do município:

QUADRO 19 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO BALANÇO

(em € - Euros)

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2017		2016		VARIÇÃO 2016/2015
	VALOR	%	VALOR	%	
FUNDO PATRIMONIAL	29.411.780,32	72,6%	29.411.780,32	70,6%	0,0%
RESERVAS	12.186,15	0,0%	12.186,15	0,0%	0,0%
DOAÇÕES	151.770,45	0,4%	151.770,45	0,4%	0,0%
RESULTADOS TRANSITADOS,	(2.180.448,87)	-5,4%	(1.543.144,70)	-3,7%	41,3%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(478.698,19)	-1,2%	(637.304,17)	-1,5%	-24,9%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	26.916.589,86	66,4%	27.395.288,05	65,8%	-1,7%
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	1.244.210,21	3,1%	1.240.135,21	3,0%	0,3%
DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.	2.463.156,19	6,1%	2.822.663,69	6,8%	-12,7%
DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.	109.422,33	0,3%	90.348,52	0,2%	21,1%
ACRÉSCIMO DE CUSTOS	489.131,52	1,2%	497.674,34	1,2%	-1,7%
PROVEITOS DIFERIDOS	9.245.287,90	22,8%	9.580.896,77	23,0%	-3,5%
TOTAL DO PASSIVO	13.551.208,15	33,5%	14.231.718,53	34,2%	-4,8%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS PASSIVO	40.467.798,01	99,9%	41.627.006,58	100,0%	-2,8%

A variação negativa dos “**Fundos Próprios**” (-) 1,7% deve-se na totalidade aos resultados líquidos negativos, os quais, como veremos adiante, são influenciados quase exclusivamente pelo efeito contabilístico das amortizações. É de realçar que este ano o resultado líquido é consideravelmente “menos negativo” do que o verificado no ano anterior de 2016, constatando-se uma melhoria nos resultados líquidos do exercício em cerca de 159 mil euros. Contudo, sabendo que os fundos próprios são

a diferença entre o Ativo e o Passivo e como tal representam o património líquido do município, poderemos considerar que o património da autarquia se mantém com um peso considerável na estrutura do balanço (66,4%).

A “**Dívida a Terceiros de MLP**” é relativa ao valor atual dos empréstimos obtidos (1 milhão e 798 mil euros), ao valor em dívida nos contratos leasings (254 mil euros), ao valor das cauções retidas aos fornecedores de empreitadas (valor de 149 mil euros que se encontra cativo em operações de tesouraria) e o valor da comparticipação em dívida pelo município ao FAM (cerca de 262 mil euros, que como já referimos, irá ser reduzida/corrigida a partir do próximo ano).

A “**Dívida a Terceiros de CP**” é constituída pela dívida a fornecedores e a outros (cerca de 900 euros) e o valor a pagar ao Estado referente a retenções efetivas de IRS, e de Segurança Social sobre os vencimentos de dezembro de 2017 (de aproximadamente 105 mil euros) acrescidas das previsões referentes aos respetivos encargos sociais da responsabilidade do município, a processar e a pagar unicamente em janeiro de 2018, mas cujo custo deve ser contabilisticamente imputado ao ano de 2017. À exceção deste valor provisionado (cerca de 45 mil euros) o restante montante retido (cerca de 60 mil euros) está identificado e cativo nos mapas e movimentos de operações de tesouraria. É de salientar que o conjunto da dívida a terceiros de curto prazo tem pouco significado na estrutura do balanço (0,3%).

As “**Provisões para Riscos e Encargos**”, cujo valor ronda 1 milhão e 244 mil euros, refletem as previsões de responsabilidades de montantes incertos referentes a processos judiciais em curso, os quais foram sujeitas a registo contabilístico obrigatório, mas que só possivelmente poderão originar um pagamento futuro.

Os “**Acréscimos de Custos**” representam despesas cujo pagamento só se realizará em 2018 mas que contabilisticamente devem ser consideradas custo do ano económico de 2017. Este valor refere-se à previsão dos montantes a pagar no próximo ano aos trabalhadores, respeitante a dois meses de remuneração de férias e subsídio de férias (cerca de 354 mil euros) e os respetivos encargos sociais (no valor aprox. de 78 mil euros), bem como a outros pagamentos a fornecedores (juros de empréstimos, eletricidade, combustíveis e comunicações – aprox. 56 mil euros). Fazemos notar que os “acréscimos de custos” são valores que decorrem também da aplicação de normas contabilísticas que resultam de uma operação obrigatória de final do exercício e que no contexto do município não representam situações de efetiva de dívida para com terceiros.

Os “**Proveitos Diferidos**” compreendem as receitas que devem ser reconhecidas como proveitos nos diversos exercícios seguintes, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Esta conta, proveniente do volume de transferências dos fundos comunitários (subsídios) destinados ao investimento, tem assumido valores relevantes. O valor destes proveitos diferidos é proveniente dos subsídios comunitários obtidos em vários projetos financiados e como tal deve interpretar-se a sua informação como o montante de subsídios obtidos, a aplicar em proveitos a partir do momento em que os investimentos em curso forem concluídos e se iniciar a sua utilização e amortização, ou já aplicados em proveitos do exercício a investimentos concluídos mas ainda não totalmente amortizados. Assim o valor desta rubrica de balanço irá gradual e anualmente diminuindo o seu valor.

Por último fazemos realçar que, pela sua própria natureza e significado, as contas de “provisões para riscos e encargos”, de “proveitos diferidos” e de “acréscimos de custos” não são verdadeiras contas do passivo, embora se encontrem registadas nesta parte do balanço, por imposições de normalização contabilística aplicada ao setor público. Por isto mesmo devem ser consideradas como passivos “possivelmente exigíveis” ou até “não exigíveis”, de forma a evitar distorções a quando da sua análise económica, financeira e patrimonial.

A real abordagem do passivo deve excluir estas rubricas e debruçar-se unicamente sobre as dívidas efetivas para com terceiros quer a médio quer a longo prazo, pelo que podemos concluir que essas dívidas (e excluindo ainda a contabilização do FAM e a previsão dos encargos sociais sobre as remunerações de férias e subsídios de férias a pagar só em 2018) diminuíram, comparativamente ao ano anterior, em cerca de (-) 275 mil euros.

2. Análise da Demonstração de Resultados

QUADRO 20 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

em € - Euros

COMPONENTES DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2017		2016		VARIACÃO 2016/2015
	VALOR	%	VALOR	%	
CUSTOS E PERDAS					
CUSTO MERC.VENDIDAS MAT.CONSUMIDAS	950.214,09	9,1%	755.161,73	7,4%	25,8%
FORNECIMENTOS SERVICOS EXTERNOS	2.592.636,76	24,8%	2.318.442,74	22,7%	11,8%
CUSTOS COM PESSOAL:	3.514.042,02	33,5%	3.559.859,34	34,8%	-1,3%
TRANSF.SUB.COR.CONC.E PREST SOCIAIS	907.961,60	8,7%	918.544,80	9,0%	-1,2%
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.322.060,58	22,2%	2.510.242,88	24,6%	-7,5%
PROVISÕES DO EXERCÍCIO	18.258,42	0,2%	90.868,54	0,9%	-79,9%
OUTROS CUSTOS/PERDAS OPERACIONAIS	26.846,50	0,3%	3.428,71	0,0%	683,0%
CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	42.096,41	0,4%	41.575,54	0,4%	1,3%
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	82.724,29	0,8%	23.190,51	0,2%	256,7%
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	10.456.840,67	100,0%	10.221.314,79	100,0%	2,3%
PROVEITOS E GANHOS					
VENDA DE MERCADORIAS	272.370,06	2,7%	284.198,29	3,0%	-4,2%
VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E VENDA DE BENS	232.974,52	2,3%	230.470,22	2,4%	1,1%
IMPOSTOS E TAXAS	1.154.367,51	11,6%	916.991,99	9,6%	25,9%
TRABALHOS PARA PRÓPRIA ENTIDADE	395.484,66	4,0%	322.913,70	3,4%	22,5%
TRANSF. E SUBSÍDIOS OBTIDOS	6.964.594,99	69,8%	6.786.711,84	70,8%	2,6%
OUT.PROVEITOS GANHOS OPERACIONAIS	42.918,28	0,5%	42.101,43	0,4%	1,9%
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	341.281,60	3,4%	345.302,39	3,6%	-1,2%
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	574.150,86	5,8%	655.320,76	6,8%	-12,4%
TOTAL DE PROVEITOS	9.978.142,48	100,1%	9.584.010,62	100,0%	4,1%
RESUMO :					
RESULTADOS OPERACIONAIS	(1.269.309,95)		(1.573.161,27)		
RESULTADOS FINANCEIROS	299.185,19		303.726,85		
RESULTADOS CORRENTES	(970.124,76)		(1.269.434,42)		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (F-E)	(478.698,19)		(637.304,17)		

O “**Custo das Mercadorias e Matérias**” aumentou em relação ao ano anterior (+) 25,8% em resultado do maior custo/volume de compras de água para consumo público, (+) 44 mil euros, bem como do maior volume de compras/custo de bens armazenáveis e que se destinaram às diversas obras executadas, (+) 151 mil euros, muitas das quais com grande componente de administração direta.

No global os “**Custos e Perdas**” aumentaram (+) 2,3%, (+) aprox. 235 mil euros com especial destaque num aumento dos “fornecimentos e serviços externos” em cerca (+) 274 mil euros e dos “custos e perdas extraordinárias” em aprox. (+) 60 mil euros e que estão relacionado com o aumento de ações e atividades autárquicas inerentes a este tipo de despesa. Estes acréscimos foram contrabalançados com a diminuição, em relação ao ano anterior, nos “custos com pessoal” (-) 1,3%, nas “amortizações”, (-) 7,5% e nas provisões (-) 79,9%.

Quanto aos “**Proveitos e Ganhos**” estes cresceram (+) 4,1%, aprox. (+) 394 mil euros influenciados em termos gerais pelo aumento na cobrança de “impostos e taxas”, (+) 237 mil euros, pelo acréscimo dos “trabalhos para a própria entidade”, (+) 72 mil euros e das “transferências e subsídios obtidos”, aprox. (+) 178 mil euros, contrabalançado com a diminuição da “venda de bens”, (-) 12 mil euros, e dos “proveitos e ganhos extraordinários”, (-) 81 mil euros.

Os “proveitos e ganhos financeiros” são bastante significativos, resultantes em parte dos juros obtidos em depósitos a prazo e das rendas da EDP, e que conseqüentemente induziram a uma função financeira de resultado positivo elevado, (+) 299 mil euros, sensivelmente idêntica à verificada no ano anterior. Note-se que os “proveitos e ganhos extraordinários” refletem quase exclusivamente a contabilização dos “proveitos diferidos” e compensam parte do custo das amortizações referentes ao imobilizado corpóreo que foi financiado por fundos comunitários.

No ano de 2017, o “**Resultado Líquido do Exercício**” é negativo, no valor de (-) 478.698,19 €. No entanto este resultado é influenciado pelas “amortizações” (depreciação contabilística do imobilizado) que neste ano atingiram o montante que ronda os 2 milhões e 322 mil euros. Como já referimos é contudo de realçar que este ano o resultado líquido é significativamente “menos negativo”, constatando-se até uma elevada melhoria nestes resultados em cerca de 159 mil euros. Assim, dada a natureza e origem destes custos e reiterando a abordagem anterior sobre este assunto, julgamos que muito dificilmente este resultado poderá vir a ter repercussão futura na esfera económica e financeira da autarquia garantindo a continuidade das suas atividades e projetos.

Fazemos ainda notar que a interpretação do resultado económico de um município é muito subjetiva, de significado controverso, comprometendo até análises comparativas entre os diversos municípios.

3. Movimentos do Ativo Bruto, Amortizações e Provisões

3.1 Ativo Bruto

QUADRO 21 - MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO BRUTO - IMOBILIZADO

(em € -
Euros)

ACTIVO BRUTO						
RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REAVAL. / AJUSTAM.	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:	34.683.562,70	0,00	1.064.296,98	0,00	0,00	35.747.859,68
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	38.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.340,00
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	28.902.018,46	0,00	552.164,01	0,00	0,00	29.454.182,47
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	550.082,08	0,00	0,00	0,00	0,00	550.082,08
TOTAL GERAL	64.174.003,24	0,00	1.616.460,99	0,00	0,00	65.790.464,23

Verifica-se que o “**Ativo Bruto**” do município aumentou aprox. 1 milhão e 616 mil euros. Este aumento é de grande significado nos bens do domínio público, (+) 1 milhão e 64 mil euros, - ex: estradas,

arruamentos, largos, jardins, espaços públicos, sendo também bem visível no imobilizado corpóreo, (+) 552 mil euros, – ex: edifícios e outras construções, equipamento básico, equipamento administrativo e informático, ferramentas e utensílios.

3.2 Amortizações

As “**Amortizações**” têm em vista ponderar contabilisticamente a depreciação e desvalorização do imobilizado de domínio público (ex: estradas, arruamentos, infraestruturas de água e saneamento e construções análogas) bem como de imobilizado corpóreo (ex: edifícios, equipamento básico, de transporte e administrativo, ferramentas e utensílios e outros). A contabilização de 2017 é a seguinte:

QUADRO 22 - MOVIMENTOS DE AMORTIZAÇÃO DE IMOBILIZADO (em € - Euros)

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:	19.117.874,25	1.302.509,16	0,00	20.420.383,41
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	38.340,00	0,00	0,00	38.340,00
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	8.614.255,49	1.019.551,42	0,00	9.633.806,91
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	20.643,28	2.580,41	0,00	23.223,69
TOTAL GERAL	27.791.113,02	2.324.640,99	0,00	30.115.754,01

Verifica-se que o valor anual de depreciação do património do município é de aproximadamente 2 milhões e 324 mil euros. Este montante resulta unicamente de critérios, regras e taxas de amortização pré-estabelecidas legalmente no POCAL e como tal de natureza teórico-contabilística.

3.3 Provisões

De acordo com a legislação em vigor, as provisões são constituídas obrigatoriamente como forma de acautelar contingências que possam no futuro transformar-se numa perda definitiva ou num encargo real. Assim a contabilização das provisões da Câmara Municipal de Portel no ano de 2017 é apresentada no quadro seguinte:

QUADRO 23 - MOVIMENTOS DE PROVISÕES (em € - Euros)

PROVISÕES ACUMULADAS				
RÚBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
PARA COBRANÇAS DUVIDOSAS:	202.288,14	14.183,42	0,00	216.471,56
PARA RISCOS E ENCARGOS:	1.240.135,21	4.075,00	0,00	1.244.210,21
TOTAL GERAL	1.442.423,35	18.258,42	0,00	1.460.681,77

O valor das provisões realizadas este ano atingiu aproximadamente (+) 18 mil euros, valor bastante inferior ao considerado no ano anterior, e que demonstra algum equilíbrio na evolução da atividade autárquica, estabilidade nos montantes incertos de cobranças duvidosas (clientes) e dos encargos previsivelmente a pagar com processos judiciais.

Verifica-se pois uma certa estabilidade nos montantes incertos de “cobranças duvidosas” (clientes), (+) 14 mil euros nos processos judiciais pendentes, (+) 4 mil euros (recurso do IGAMAOT sobre processo pendente).

Constata-se que o valor global das provisões atualmente contabilizadas atinge o montante de 1 milhão e 461 mil euros, e referem-se a cobranças duvidosas de clientes, contribuintes e utentes em mora há mais de 6 meses (216 mil euros). A provisão para outros riscos e encargos é respeitante a processos judiciais em curso e nos quais se incluem, o processo requerido por Idália Lourinho e referente ao pedido de indemnização decorrente da rescisão do contrato de arrendamento do bar do mercado municipal (100 mil euros), os processos de contra ordenação (35 mil euros) requeridos pela IGAMAOT (rejeição de águas residuais) e ASAE (parques infantis) e sobre os quais a autarquia apresentou a respetiva defesa, mas que de há muito se continua a aguardar a decisão das respetivas entidades ou tribunais.

Esta provisão integra ainda a reclamação à autarquia, por parte da “Massa Insolvente da Condop, SA”, de “juros de mora”, “indemnização” e “faturas em dívida”, no valor aproximado de 1 milhão e 110 mil euros. Lembramos que esta empresa (Condop, SA) foi declarada insolvente, não cumpriu com o contrato de empreitada de construção do Centro Escolar de Portel, tendo tido uma conduta imprópria, desonesta e fraudulenta para com o Município de Portel: abandonou, sem justificação ou qualquer comunicação, a referida obra.

Contudo, para uma melhoria na aplicação do princípio da prudência e cumprimento do estipulado no POCAL, continuam a estar provisionados estes valores embora entendamos que se houver justiça estas obrigações jamais serão dadas como certas.

4 . Apresentação de alguns indicadores de gestão

Podemos verificar no quadro abaixo que os rácios de estrutura financeira, de endividamento e de liquidez obtidos, demonstram a boa situação económica e financeira que a autarquia atravessa.

Quadro 24 - INDICADORES DE GESTÃO

INDICADORES		2017	
		CÁLCULO	%
Peso dos Custos com Pessoal na Receita Corrente =	Encargos com Pessoal / Receitas Correntes =	$\frac{3.514.042,02}{8.519.251,77}$	41,2%
Rentabilidade dos Capitais Próprios =	Resultado Líquido / Fundos Próprios =	$\frac{-478.698,19}{26.916.589,86}$	-1,8%
Rácios de Estrutura Financeira: =	Fundos Próprios / Ativo Líquido =	$\frac{26.916.589,86}{40.467.798,01}$	66,5%
Rácios de Estrutura Financeira: =	Passivo / Fundos Próprios =	$\frac{13.551.208,15}{26.916.589,86}$	50,3%
Rácio de Endividamento =	Passivo / Ativo Líquido =	$\frac{13.551.208,15}{40.467.798,01}$	33,5%
Rácio de Endividamento de Médio e Longo Prazo =	Passivo MLP / Ativo Líquido =	$\frac{2.463.156,19}{40.467.798,01}$	6,1%
Rácio de Liquidez Geral =	Ativo CP / Passivo CP =	$\frac{4.706.271,97}{109.422,33}$	4301,0%
Rácio de Liquidez Imediata =	Disponibilidades / Passivo CP =	$\frac{4.057.374,61}{109.422,33}$	3708,0%
Peso Relativo do Ativo Fixo no Ativo Total =	Ativo Fixo / Ativo Total =	$\frac{35.674.710,22}{40.467.798,01}$	88,2%
Rejuvenescimento do Imobilizado =	Invest. em Imobilizado / Amort. do Exercício =	$\frac{1.616.460,99}{2.322.060,58}$	69,6%
Envelhecimento do Imobilizado =	Amortizações Acumuladas / Ativo Bruto =	$\frac{30.115.754,01}{65.790.464,23}$	45,8%

5 . Factos de interesse relevante após encerramento do exercício de 2017

Há a registar alguns factos de relevância após o encerramento do exercício de 2017, nomeadamente:

- A comparticipação do município no FAM - Fundo da Apoio Municipal, na sequência da Lei de Orçamento de Estado de 2018, vai ter uma redução progressiva das contribuições da autarquia de 25%, 50%, 75% e 100% para os anos 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente, e que diminui o valor global da subscrição no capital, e conseqüentemente do valor em dívida, no valor de (-) 164.130,00 €;
- o processo judicial requerido por Idália Lourinho e referente ao pedido de indemnização decorrente da rescisão do contrato de arrendamento do bar do mercado municipal, e provisionado em 100 mil euros, foi extinto/arquivado, o que implicará a redução da respetiva provisão para riscos e encargos, no montante referido, e, conseqüentemente, terá um reflexo positivo no resultado líquido do exercício.

6 . Proposta de aplicação de resultados de 2017

No ano de 2017, o Município de Portel obteve um resultado líquido negativo de (-) 478.698,19 € (quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e noventa e oito euros e dezanove cêntimos), pelo que se propõe transferir o resultado do exercício para a conta “5916 - Resultados Transitados – 2017”, após a aprovação do relatório e contas pelos órgãos autárquicos competentes.